

CBEC/NEP



B0011667

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA GERAL

A CONDIÇÃO ATUAL DA UNIVERSIDADE
E A
REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA
I ENCONTRO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

NEWTON SUCUPIRA

Agosto - 1972

.0143
2c

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

I ENCONTRO DE REITORES DAS UNIVERSIDADE PÚBLICAS

A CONDIÇÃO ATUAL DA UNIVERSIDADE E A
REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

Newton Sucupira

Brasília - OF

Agosto - 1972

ÍNDICE

	PÁG.
I - INTRODUÇÃO	01
II - A CONDIÇÕES ATUAL DA UNIVERSIDADE: SUAS TENSÕES E CON- TRADIÇÕES.	04
III - AS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE	19
IV - ANÁLISE DA IDÉIA DE UNIVERSIDADE.	24
V - ALGUMAS IMPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS DA IDÉIA	31
VI - A REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: O PROBLEMA	34
VII - A REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NOS DE- CRETOS-LEIS N°S 53/66 e 252/67.	41
VIII - A CONCEPÇÃO DA UNIVERSIDADE SEGUNDO A REFORMA UNIVER- SITÁRIA	47
IX - A ORGANIZAÇÃO DEPARTAMENTAL	58

I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, em conformidade com as diretrizes traçadas para a realização do I Encontro dos Reitores, servir de base à discussão do primeiro tema. Nesta perspectiva será um estudo de natureza eminentemente teórica.

Estamos convencidos de que todo debate fecundo sobre a Reforma Universitária pressupõe, como ponto de partida, a formulação da idéia de universidade não apenas em sua essência ideal mas em sua condição concreta no mundo em que vivemos. Assim sendo, todo ensaio de reforma deve inspirar-se numa teoria da universidade visando determinar sua natureza, suas finalidades essenciais, suas funções nas modernas sociedades industriais e, particularmente em nosso caso, seu papel no processo de desenvolvimento.

Karl Jaspers, o grande teórico da universidade alemã, distinguia dois aspectos na reforma universitária: de um lado o planejamento da estrutura e organização da universidade, a criação dos instrumentos idôneos que assegurem o seu funcionamento produtivo; doutra parte a recuperação da eficácia da idéia da universidade. Esse último aspecto é por ele considerado essencial pois em sua opinião somente quem traz em si a idéia da universidade pode atuar e pensar, objetiva e frutiferamente, em vista da plena realização de uma universidade autêntica. E concluía por dizer que reformas cujos motivos e esquemas operacionais não decorrem da idéia não são mais do que dispersa e confusa polipragmasia.

Com efeito, se reforma em seu sentido profundo consiste em dar nova forma à instituição e se a reforma é o que constitui uma COI-

sa em seu ser próprio, segue-se que a idéia adequada do ser e do dever ser da universidade e a condição essencial de sua reforma. O que é a universidade, qual sua missão, qual sua posição no mundo moderno, como se concebe sua inserção na sociedade e seu relacionamento com o Estado, são questões básicas que predeterminam os problemas de estrutura, da organização e de funcionamento.

A questão é extremamente complexa porque diversas e conflitantes são as concepções da universidade em nossa época. Para alguns ter-se-ia perdido para sempre a intenção fundamental que presidiu sua gênese e a universidade hoje não seria mais do que um nome. De qualquer modo, se o postulado da reforma e a recuperação da idéia de universidade não poderia ter uma significação meramente restaurativa, mas assume o sentido de uma nova criação. O problema da reforma, portanto, e o da recriação da universidade a partir da reelaboração de sua idéia em função das exigências de nosso tempo. Trata-se da pesquisa de uma nova forma da universidade que, fiel a sua inspiração originária, possa torná-la uma instituição atuante nos quadros de uma civilização científico-tecnológica.

Não temos a pretensão de apresentar neste trabalho uma teoria da universidade moderna em todas suas implicações. Importa, no entanto, situar a problemática da universidade no mundo atual, como base para uma discussão do projeto de nossa própria universidade. Indispensável é que a universidade brasileira, para definir o conteúdo de sua política e de sua ação, chegue à plenitude de sua autoconsciência e possa criar uma imagem original de si mesmo.

A nossa tarefa é, portanto, pesquisar o modelo mais adequado a universidade brasileira, mas a sua originalidade não poderia des

conhecer o fato de que se trata de objetivar, em determinadas condições históricas e sociais, uma instituição cuja natureza é universal. Correndo o risco de enunciar o óbvio diremos que a universidade brasileira há de ser, antes de tudo, autenticamente universidade.

Assim sendo, iniciaremos por uma análise sucinta da universidade em sua condição atual, suas tensões e contradições, as transformações de suas funções nas sociedades industriais e de que modo se pode conceber a idéia da universidade moderna. Em seguida discutiremos o problema de nossa reforma universitária, analisando os motivos que a determinaram e os princípios que a inspiram, examinando algumas de suas categorias fundamentais.

II - A CONDIÇÃO ATUAL DA UNIVERSIDADE: SUAS TENSÕES E CONTRADIÇÕES

A Universidade é a instituição que, na cultura ocidental, pretende ser o lugar privilegiado da elaboração e dispensação das mais altas formas do saber em seus aspectos puros e aplicados. Contudo, em sua longa história nem sempre a universidade esteve a altura dessa missão e muitas vezes outras instituições a suplantaram na tarefa de criar novos conhecimentos. Em algumas épocas a universidade se viu contestada não somente em sua função criadora, mas até mesmo em sua razão de ser. Entretanto, apesar de suas vicissitudes, a universidade, produto original do gênio do Ocidente e consubstanciada a sua civilização, tem sido e continua a ser poderoso fator de desenvolvimento da cultura intelectual. A experiência nos mostra que o mundo não pode prescindir da instituição universitária.

Ao nascer no século XII, a universidade logo se identifica com sua sociedade e sua cultura, tornando-se efetivamente o órgão de elaboração do pensamento medieval. Com o correr dos tempos, antes mesmo de terminada a Idade Média, a instituição entra em decadência, cristaliza-se nas formas de um saber ultrapassado e não compreende o espírito criador dos tempos modernos representado pelo Renascimento, o Humanismo e a nova ciência experimental que desponta nos séculos XVI e XVII. A universidade permaneceu praticamente à margem desse pujante movimento de idéias que caracteriza a modernidade européia e pouco contribuiu para o processo cultural durante esse período.

Em pleno século XVIII os reformadores do Iluminismo advogavam a extinção das universidades como resíduos de uma inútil tradição medieval e propunham, para substituí-las, a criação de escolas especializadas com objetivos de formação profissional e de academias para a pesquisa

científica e o desenvolvimento dá alta cultura. Programa que chegou a ser executado pela Revolução Francesa e pelas subsequentes reformas do ensino superior determinadas por Napoleão na França. Ainda hoje, o sistema de educação superior de vários países, embora reconhecendo o papel da Universidade na transmissão do saber, reflete a crença na eficácia de escolas técnicas superiores isoladas e de institutos especializados de pesquisa.

E somente no século passado, na Alemanha, que a universidade desperta de seu torpor intelectual para retonar, pela mão de Humboldt, a liderança do pensamento a tornar-se o grande centro da pesquisa científica. A universidade moderna, enquanto instituição de pesquisa e uma criação germânica. Mas por força da estratificação social rigidamente hierárquica, a universidade permanecerá altamente seletiva, tanto do ponto de vista intelectual como social, apenas reservada a uma elite restrita e ocupando-se tão somente da pesquisa pura e das clássicas profissões liberais. Na Alemanha, ao lado da universidade, e numa posição inferior de prestígio, instala-se uma rede de escolas técnicas superiores (*technische Hochschule*) destinadas à formação de engenheiros e outros técnicos reclamados pela indústria moderna. A universidade humboldtiana que permaneceu intacta até a última guerra se limitava ao preparo do cientista ou à educação do Gelehrte.

Se na Inglaterra, na segunda metade do século passado se fundam novas universidades incorporando as carreiras técnicas, o peso da tradição de Oxford e Cambridge racionalizada na idéia de Newman faz com que a universidade tenha como finalidade predominante promover o saber universal, formar o gentleman ou o scholar.

Na França a universidade napoleônica se dedica, antes de tudo, à preparação dos quadros superiores do país em termos de médicos,

juristas, professores, altos funcionários, encarregando-se as Grandes Ecoles, do treinamento dos engenheiros e demais técnicos de nível superior.

Contudo nesse mesmo século XIX, a industrialização e o nascimento de uma civilização do homem comum, nos Estados Unidos determinam o primeiro impacto na idéia clássica e aristocrática de universidade, própria a tradição européia. Em 1862, o Morrill Act, ao instituir os Land Grant Colleges, lança as bases da universidade moderna de massas, destinada também ao treinamento de agricultores, mecânicos, comerciantes que constituem, na linguagem da lei, as classes industriais, enfim, toda uma gama variada de técnicos exigidos pelo rápido desenvolvimento industrial. Era a primeira tentativa de se dar formação universitária aos mais diversos tipos de profissões. Ao mesmo tempo fundava-se a Universidade de Johns Hopkins que transplantava para o ambiente americano a Faculdade de Filosofia germânica sob a forma de Graduate School, cúpula dos altos estudos na universidade. Surgia, assim, a idéia americana de universidade integrando diferentes tradições - educação liberal do College inglês, orientação pragmática de treinamento técnico-profissional dos land grant colleges e o puro ideal científico da universidade alemã - numa instituição extremamente complexa e diversificada que se propõe igualmente a atender à massa de estudantes que procuram uma habilitação profissional e aos que são capazes de se devote-rem as mais altas formas da investigação científica.

Desde então, apesar das resistências acadêmicas, o desenvolvimento industrial e conseqüente democratização crescente da sociedade vem impondo transformações mais ou menos profundas as universidades, obrigando-as a ampliar os seus quadros, a incorporar novos setores técnico-profissionais, inclusive aqueles que se podem chamar "intermediários de nível superior e a tomar-se um centro de indústria de novos conhecimentos.

Hoje, a universidade constitui uma das grandes instituições de seu tempo, de importância vital na aplicação do saber aos problemas da sociedade. Enquanto depende da ciência e da tecnologia, a sorte do desenvolvimento está, em grande parte, ligada à eficácia da instituição universitária. Não será exagero dizer-se que jamais a universidade ocupou lugar tão significativo na estrutura da vida intelectual de sua época desde a Idade Média. A partir do século passado os grandes nomes da ciência, da filosofia, das humanidades pertencem à universidade e os prêmios Nobel, pelo menos os de ciência, em sua esmagadora maioria, tem sido concedidos a professores universitários.

Patrimônio da civilização ocidental, a universidade transformou-se numa instituição ecumênica, expandindo-se rapidamente por todos os países que a consideram uma de suas prioridades. Criar sua universidade é uma das preocupações primeiras de todo país novo que se institui. Nos tempos medievais costumava-se dizer que o Sacerdotium, o Imperium e o Studium, isto é, a Universidade, eram os três pilares sobre os quais repousava toda a estrutura social. Neste mundo lascivizado, dessacralizado em que vivemos, poderia afirmar-se que as sociedades industriais procuram apoiar-se no seguinte tríptico: Imperium, Industria et Studium.

Mas a despeito de sua extraordinária expansão, de sua indiscutida relevância para a civilização científica e tecnológica, a universidade atravessa uma das grandes crises de sua acidentada história. Por um estranho paradoxo das coisas humanas, como bem acentuou James Perkins, Presidente da Cornell University, a universidade é uma vítima de seu próprio êxito, de seu gigantesco crescimento. A crise é um fenômeno generalizado. Tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento é manifesta a insatisfação quanto ao modo de ser e ao comporta-

mento das universidades e que se traduz nos movimentos estudantis e nas reformas em curso.

Por toda parte a instituição universitária tem sido alvo das críticas mais disparas que refletem as tensões e contradições que marcam profundamente a existência da universidade atual.

De um lado a universidade é acusada de tradicionalismo, quando deveria ser fonte de inovação tecnológica, ocupando-se, ao mesmo tempo, com as inúmeras profissões técnicas necessárias à industrialização; doutra parte critica-se a universidade por excesso de profissionalismo, por sua orientação pragmática, negligenciando sua essencial vocação do saber desinteressado e da alta cultura.

Enquanto muitos deploram a massificação do ensino superior e conseqüente aviltamento dos padrões de ensino, outros reagem contra toda seleção e entendem que, por uma exigência de democratização dos estudos, a universidade deveria ampliar-se para receber o maior número de candidatos.

É comum lastimar-se que a universidade em face da crescente especialização científica tenha renunciado a unidade do saber que ela deveria representar.

Gritica-se a universidade por haver perdido seu caráter orgânico, sua coesão interna para dispersar-se num conglomerado de escolas profissionais, institutos especializados e serviços sem unidade de espírito e de propósito. Há, no entanto, quem defenda a tese de que a universidade moderna não é um organismo integrado e que só pode exercer, com eficácia, a multiplicidade de suas tarefas na medida em que é uma organização pluralística, uma "multiversidade", um "caos construtivo", segundo as expressões usadas por Klark Kerr.

Se muitos se queixam de que os deveres do ensino absorvem os professores impedindo-os de se dedicarem mais livremente à pesquisa científica, outros acentuam que a predominância da pesquisa em detrimento do ensino termina por prejudicar a formação do estudante ao nível da graduação, como estaria acontecendo em certas universidades americanas.

Outros lamentam que a universidade devotada principalmente a ciência e a tecnologia tenha negligenciado as humanidades e a cultura geral, deixando de exercer o que Ortega y Gasset qualificou sua tarefa central, isto é, a de "ilustração" do homem, a de ensinar-lhe a plena cultura do tempo, a de descobrir-lhe com clareza e precisão o gigantesco mundo presente, onde tem que inserir-se sua vida para ser autêntica.

Acusa-se a universidade de conservadorismo, de estar comprometida com o Establishment, de servir somente aos seus interesses econômicos e políticos; outros, pelo contrário, desconfiam da universidade por estimular a inovação social e a crítica dos valores estabelecidos e da sabedoria convencional.

Dentro da universidade os partidários de uma cultura liberal questionam as relações da universidade com o Estado, procurando-a desligá-la dos contactos políticos numa espécie de retorno impossível ao princípio de "solitude e liberdade" (Einsamkeit und Freiheit) que definiu a concepção idealista da universidade alemã no início do século passado.

A Universidade tende a integrar-se no sistema educativo geral mas, ao mesmo tempo, procura um desenvolvimento autónomo. Em ter-

mos institucionais a tensão se desenvolve entre o controle público e a autonomia. Em termos pedagógicos entre a liberdade acadêmica e o ensino socialmente integrado. Em termos econômicos entre a demanda social (democratização dos estudos) e a demanda econômica (uma certa estrutura sócio-profissional).

No plano da formação profissional a tensão se exerce entre especialização e polivalência.

Duas funções disputam a prevalência: o ensino e a pesquisa científica. Duas finalidades aparentemente se opõem e se completam ao mesmo tempo: humanismo e desenvolvimento econômico, a cultura geral desinteressada e a formação pragmática em função de uma profissão. De um lado a Universidade está a serviço da sociedade e realiza uma tarefa de transmissão de valores; doutra parte exerce uma função crítica da cultura e das estruturas sociais.

Entre a criação de conhecimentos novos e a preparação da grande massa de estudantes para a vida profissional; entre as exigências da pesquisa científica e a busca de formação e expansão da personalidade; entre o imperativo da especialização inerente a civilização tecnológica e a necessidade de uma educação humanista existem tensões inevitáveis e difíceis de conciliar nos quadros tradicionais da instituição universitária.

Todas essas tensões e contradições mostram bem que a crise da Universidade não se reduz apenas a uma simples crise de crescimento. Sob muitos aspectos é o reflexo da própria crise de nosso tempo. Das transformações profundas que se operam na cultura e na sociedade de nossa epó-

ca. Mais especificamente exprime a inadequação entre a idéia tradicional de Universidade e seu dever ser no mundo atual; tensão entre suas limitações e deficiências institucionais e as novas e múltiplas tarefas que lhe são impostas pela civilização tecnológica; enfim o problema da adaptação da universidade as sociedades industriais. O ajustamento da universidade as novas condições de existência requer reformas radicais que atingem o próprio ser da instituição. Importa, antes de tudo, uma tomada de consciência desses problemas em seu dinamismo e em suas causas para bem compreender o sentido das reformas.

Vários fatores determinam as contradições e inconsistências da universidade moderna e as pressões a que esta sujeita.

Primeiramente temos o fato já bastante conhecido da explosão dos efetivos. Por muito tempo considerada o privilegio de uns poucos e aceita como tal pela maioria da população, o ensino universitário tomou-se hoje nao somente fundamental para o desenvolvimento economico e social, mas representa o nivel normal de aspiração humana em matéria de educação. Para todos, uma formação universitária significa fator de ascenção social, promessa de melhores empregos, abertura de novos horizontes vitais. Dai a corrida para o ensino superior em todos os paises, ocorrendo um dos fenômenos característicos de nossa época, ou seja, a massificação da universidade.

Quaisquer que sejam suas causas, o fenômeno da massificação tende a afetar a qualidade do ensino. A insuficiência de pessoal docente habilitado, as classes excessivamente numerosas, o caráter ilusório do trabalho em seminários e laboratórios, a dificuldade de estabelecer uma relação pedagógica eficaz, a redução do chamado "espaço educativo da juventude" são problemas imediatos provocados pela massificação. E,

no entanto, não se poderia deter a corrida para o ensino superior, numa espécie de malthusianismo educacional. Tanto a demanda técnica determinada pelo desenvolvimento, como a demanda social e a democratização dos estudos estimulam a expansão universitária.

Os países desenvolvidos que desde há muito puseram em prática o princípio da universalidade da educação dispõem de uma infraestrutura que lhes permite dilatar o sistema, até um certo ponto, sob a pressão do número. Os países em desenvolvimento experimentam graves dificuldades em face das limitações de recursos humanos e materiais.

Mas o problema não se resolve apenas com a ampliação dos quadros universitários, aumento do corpo docente e multiplicação de instalações para acolher o maior número de estudantes, permanecendo intactos a organização, os processos e finalidades da instituição universitária. A expansão do ensino superior atualmente não significa apenas a adição de um certo número de alunos a um sistema que permanece fundamentalmente o mesmo. Estaríamos, por assim dizer, em face do princípio hegeliano segundo o qual a um certo grau, modificações puramente quantitativas determinam dialeticamente diferenças qualitativas.

O aumento dos efetivos se traduz, ao mesmo tempo, por uma sensível heterogeneidade da composição social dos estudantes. É cada vez maior a participação das classes médias inferiores na universidade e cresce o percentual de alunos provenientes das camadas operárias. A universidade deve, portanto, atender a uma clientela que tem aspirações as mais diversas e apresenta um background sócio-cultural bastante diferenciado. Isto significa que uma instituição concebida outrora para educação de uma elite deve aprender hoje a receber e instruir as massas, sem renunciar contudo a sua missão de criação do saber. A

expansão põe a universidade diante de uma situação contraditória: de um lado não pode fugir a contingência de absorver o fluxo crescente de candidatos, conforme o ideal democrático; doutra parte para ser fiel a uma de suas dimensões essenciais ha de contribuir para a manutenção da alta cultura que, por sua natureza, é o privilégio de alguns. Entre o ensino de massas e a pesquisa cada vez mais sutil e monopolizante a tensão arrisca de atingir o limite tolerado pela instituição. O dilema não poderá ser superado sem uma transformação radical das estruturas e organizações tradicionais e uma completa renovação dos processos pedagógicos e métodos didáticos.

Outro fato decisivo para a vida e funcionamento da universidade moderna está no crescimento exponencial do conhecimento científico e técnico. Que se trate de ciências naturais ou de ciências humanas, a especialização progrediu em ritmo acelerado. Essa explosão dos conhecimentos apresenta os seguintes aspectos: a) o desmembramento de novas disciplinas e o surgimento de inúmeras áreas interdisciplinares; b) o aparecimento de uma nova tecnologia intelectual; c) a necessidade da organização da pesquisa científica que desborda o âmbito da Universidade para se tornar matéria de interesse governamental, tanto por sua significação social, econômica e de seu alcance para defesa nacional, como por exigir vultosos recursos financeiros; d) a rápida expansão da pesquisa de desenvolvimento (R & D) como atividade requerida pelos órgãos estatais e pela indústria.

Não é somente a acumulação prodigiosa que está criando uma mudança característica na estrutura da vida intelectual. É o fato de que novas descobertas acarretam sua própria diferenciação e assim, a medida que um campo se expande subdivisões e subespecialidades se multiplicam dentro da área. Contrariamente a noção tradicional da ciên-

cia como vinculada a um campo de conhecimento cujas dimensões podem ser amplamente exploradas, cada progresso abre, em seu caminho, novos campos que, por seu turno, se expandem em seus próprios ramos.

As condições atuais da pesquisa científica implicam uma organização extremamente complexa que se traduz no que hoje se chama a indústria do conhecimento. Daí dizer-se que o mundo moderno se caracteriza não somente pela aplicação da ciência à organização da produção mas ainda pela organização da sociedade em vista da produção científica.

A figura do sábio solitário trabalhando em seu laboratório é hoje inteiramente inconcebível. A ciência hoje é obra coletiva que depende de técnicas especiais, laboratórios custosos, financiamentos maciços e vasta equipe de cientistas e técnicos.

Considerando-se que a Universidade se organiza em função da divisão do saber, segue-se que o desenvolvimento atual da ciência e a sofisticação das técnicas de pesquisa determinam verdadeiro impacto na organização acadêmica da universidade.

Primeiramente, a extrema especialização, o caráter interdisciplinar e a forma cooperativa do trabalho científico tornam hoje obsoleto o sistema de cátedras autônomas em que o catedrático era o senhor de sua disciplina. Como acentuava Edgar Faure na exposição de motivos da Lei de Orientação do Ensino Superior Francês, a mobilidade dos conhecimentos não é compatível com a instituição de um liame quase patrimonial entre o professor e uma especialidade determinada de cultura. • Isto significa que a pesquisa moderna exige unidades de trabalhos mais amplas e flexíveis que permitam maior colaboração intelectual, como seria o caso do departamento. Ben David no seu estudo

sobre a pesquisa fundamental nas universidades, encomendado pela O.C.D.E., mostrou que uma das razões do avanço da pesquisa nos Estados Unidos com relação a Europa estava justamente no fato da organização do trabalho científico na universidade ser mais flexível, mais racional, e não cristalizado em cátedras.

A imensa variedade de campos científicos e técnicos suscita a questão de saber se as universidades devem ou podem compreender a maior parte deles ou se deveriam especializar-se em alguns na impossibilidade de abarcar-los todos e, nesse caso, se não deveriam pelo menos cobrir as áreas fundamentais do saber, como base para algumas especializações técnico-profissionais.

Mas essencial como é a pesquisa científica a universidade e a sociedade, ela é fonte de tensões institucionais e obriga a universidade a uma reforma de sua organização e uma revisão de seus métodos.

O problema importante está no desequilíbrio que pode surgir entre a função de pesquisa e a função de ensino. Em virtude das exigências do desenvolvimento econômico e das sociedades industriais em geral tende-se a dar toda ênfase a pesquisa científica, principalmente no domínio das ciências.

Traço característico da universidade moderna, produto do espírito pragmático americano é a idéia de extensão, a idéia de serviço social. Recentemente dizia-se que a universidade nasceu num claustro e tornou-se agora uma arena; de início era refúgio de puros intelectuais que se retiravam do mundo para melhor se entregarem à atividade de pensamento, enquanto a questão urgente para a universidade contemporânea é a forma e o grau de sua participação na sociedade.

Esta nova dimensão atinge frontalmente a idéia clássica da universidade enclaustrada na sua torre de marfim intelectual. Hoje a universidade não se limita a ser útil à sua sociedade através da formação de técnicos ou da elaboração do saber a ser aplicada por outras agências. Agora a universidade se vê diretamente envolvida nos problemas da sociedade e na aplicação de suas técnicas para sua solução. De certo essa nova função apresenta um aspecto altamente positivo na medida em que estabelece estreito relacionamento da instituição com sua comunidade. Principalmente num país em desenvolvimento para o qual a universidade deve estar mobilizada. Mas não deixa de criar certos problemas no que diz respeito a harmonização, a compatibilização da nova função com as tarefas tradicionais e essenciais da universidade.

A famosa "Lady of Kent Projection", atribuída a Don K.Price ilustra muito bem as tensões internas da universidade e sua má consciência, quando ela tende a tornar-se uma empresa que aluga o seu know-how ou atua como agência de serviço social. Nesta imagem a universidade se tornaria uma instituição que esta sempre pronta a ser utilizada, ou pior, a ser alugada para tarefas práticas imediatas e não para atender às necessidades da sociedade a longo prazo, despojando-se totalmente de sua dignidade espiritual que lhe confere a missão de pesquisa e transmissão da verdade.

Finalmente a universidade vive hoje a crise da contestação e se vê dilacerada pelos conflitos ideológicos que ameaçam o desempenho de sua missão intelectual. Surge hoje o conceito de "universidade crítica" forjado pelos contestatários, como se a universidade não fosse, de si mesma, crítica, enquanto livre exercício do conhecimento teórico. Crítica, nesse contexto, significa paradoxalmente servidão a

uma ideologia radical que utiliza a universidade como puro instrumento de destruição da ordem social. A universidade se tomaria, assim, o lugar do conflito entre a cultura universitária que tem por ambição desenvolver a inteligência e promover o conhecimento científico e uma "cultura selvagem", como a chamou Paul Ricoeur e que é, na verdade, a contra-cultura de certos meios constituídos em grupo social marginal e dissidente. Neste clima de contestação radical a universidade se vê impossibilitada de exercer sua grande função de "poder espiritual", de reflexão crítica sobre as condições do desenvolvimento social. Justamente por ser crítica e que a universidade não pode tornar-se instrumento servil de ideologias extremistas que tem a pretensão gratuita do monopólio da verdade.

Paul Ricoeur, o filósofo francês já citado, insuspeito de racionarismo, assim caracterizou o dilema em que encontram os movimentos estudantis: ou bem devem fazer a prova de sua maturidade cultural e sacrificar alguma coisa de seu apetite por uma atividade política gratuita; mas então, em participando entram na "estrutura de poder"; ou bem recusam toda cogestão, toda partilha de responsabilidade no quadro institucional e legal; mas nesse caso preferem permanecer marginais e dissidentes, ao risco primeiramente de se tornarem insignificantes, rotineiros e retóricos na contestação, em seguida de reforçar por toda parte as tendências repressivas da sociedade que tem o direito de se defender contra a contestação violenta.

A Universidade se encontra assim entre a pressão de uma sociedade que exige dela uma melhor adaptação as suas exigências utilitárias e a pressão de uma juventude que a acusa de servir a ordem estabelecida e opõe a seu conceito de educação liberal o conceito de contestação radical. Na realidade, as duas concepções são antagôni-

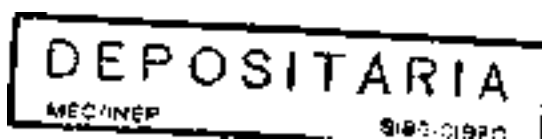
cas, e como todo extremismo vicioso.

Daniel Bell, o conhecido sociólogo americana, acentuava que uma das causas de uma seria crise intelectual da universidade esta no conflito entre a orientação tecnocrática e a orientação apocalíptica, ou seja a critica radical dos valores culturais. O problema estaria em humanizar a tecnocracia e domar o apocalipse. Sem duvida a primeira tarefa e mais fácil do que a segunda, quando estão desencadeadas as forças do instinto e da irracionalidade.

A analise da condição atual da universidade nos mostrou que a universidade moderna esta exposta a tensões e perigos que ameaçam sua identidade essencial e o exercido harmonioso de suas múltiplas funções. Ha o perigo do crescimento incontrolado; o receio de ficar a deriva, de abandonar sua justa teleologia; a ameaça de esvasiar-se de seus princípios; o risco de perder sua unidade orgânica ou de tornar-se rígida numa era de mudança; a dificuldade de exercer, neste mundo em conflito, sua missão de "magistratura do espirito" e deixar de ser o lugar onde sua época atinge a plenitude de sua autoconsciência critica.

Nao creio que a Universidade possa superar inteiramente todas essas tensões que são inerentes à nossa própria cultura. Mas cabe lhe buscar um equilíbrio difícil, mas necessário, operar a síntese dialética dessas contradições a fim de que possa realizar com eficácia suas múltiplas tarefas. Para isso deverá refazer-se em seu ser institucional e empreender a revisão crítica de seus métodos e de seus propósitos à luz de sua idéia renovada em função de seu tempo.

Em vez de tentar a construção sintética a priori da idéia da universidade moderna para deduzir suas funções e a linha de sua reforma, usaremos procedimento inverso. Procuraremos enumerar e descrever



brevemente as funções da universidade, admitindo que as mudanças se desenrolam no interior de uma concepção geral, cuja validade, em sua essência, não é atingida pelas mudanças.

III - AS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE

Uma instituição se define por seus objetivos, por suas funções e por seu sentido. Assim sendo, o ponto de partida para a compreensão da Universidade está na determinação de suas funções.

De certo modo a definição das funções da Universidade corresponde melhor a sua situação tradicional do que à sua situação atual, considerando-se que as transformações impostas pelas sociedades modernas nem sempre conduzem a um consenso quanto a natureza do papel das universidades. De qualquer maneira essas funções se definem com referência a ordem social a que serve a Universidade.

Historicamente a função da universidade tem sido a transmissão de um saber e de uma cultura e a educação de uma elite. Cremos que a função da universidade tradicional, em sua condição de tipo ideal no sentido verberiano, poderia ser resumida nesta fórmula do filósofo francês Georges Gusdorf, um dos paladinos da idéia da universidade em sua pureza intelectual: transmitir a alta cultura pelo ensino e desenvolve-la pela pesquisa.

Consideramos útil fazer uma distinção entre as atividades próprias da universidade e as funções que ela exerce por meio dessas atividades. Há atividades que são essenciais a Universidade como tal, enquanto as funções podem variar com as mudanças da ordem social.

Duas são as atividades inerentes à universidade, embora haja muitas vezes predominância de uma e de outra: o ensino e a pesquisa, ou seja, a transmissão e a criação do saber. Os criadores da Universidade alemã afirmavam com ênfase a atividade de pesquisa, enquanto Newman, refletindo a tradição Oxbridge, proclamava que "a universidade é o lugar de ensino do saber universal" e acrescentava que se ela fosse devotada à pesquisa não se vê porque haveria de ter estudantes.

Na verdade, não encontramos universidade autêntica onde não se ensine e não se pesquisem novos conhecimentos. O saber é o objeto da universidade, e sendo da essência do saber, ser elaborado e transmitido segue-se que é próprio da universidade ensinar e pesquisar. Daí porque, na realidade, os teóricos da universidade alemã insistem na unidade profunda do ensino e da pesquisa. Karl Jaspers invoca a seguinte justificativa para a atividade de ensino: a transmissão dos conhecimentos e da atitude científica é essencial ao progresso da ciência. A abertura à crítica, o cuidado de objetividade e de clareza supõem a transmissão aos outros dos resultados da pesquisa. Além disso a continuidade do trabalho científico exige a iniciação de novos pesquisadores. Daí porque não teria sentido retirar a pesquisa das universidades para instituições especializadas. Com efeito a formação dos pesquisadores não se faz somente à base do ensino teórico, mas na prática da pesquisa, o que significa na unidade ambos. Neste caso, ou bem a instituição de pesquisa teria também de ensinar e estaria fazendo o trabalho da universidade; ou bem esta assume a tarefa de preparar pesquisadores e há de fazer também pesquisa. É claro que a universidade não tem nem poderia ter o monopólio da pesquisa científica. Hoje, nos Estados Unidos, por exemplo, a

pesquisa de desenvolvimento se faz preponderantemente na industria ou em organismos governamentais, enquanto a pesquisa básica se processa preferentemente na universidade. Esta é que prepara os pesquisadores para a industria e os grandes cientistas puros se encontram na universidade.

Se o saber e a ocupação específica da Universidade e se e da natureza do saber estar referida à verdade segue-se que a missão essencial da Universidade e a pesquisa e a transmissão da verdade. No entanto, como o saber não é puramente especulativo, mas tem igualmente uma destinação prática, um sentido operativo, a universidade jamais se esgotou na missão da pesquisa desinteressada da verdade. Sempre exerceu uma função social de preparar elites para o desempenho das profissões superiores dentro da sociedade. Além disso sempre contribuiu para a transmissão de uma cultura comum e a conservação de certos valores humanos.

Com o desenvolvimento das sociedades industriais e a emergência de uma civilização de massas duas funções se impuseram a universidade, inicialmente nos Estados Unidos: primeiramente, o treinamento para o exercício de profissões técnicas de nível intermediário e em segundo lugar a função de serviço social através das atividades de extensão e de execução de projetos solicitadas por organismos estatais ou privados.

James Perkins partindo de uma análise dos aspectos considerados básicos do saber deduziu as três missões fundamentais da universidade: a aquisição do conhecimento é a missão de pesquisa; a transmissão dos conhecimentos e a missão de ensino; e a aplicação do conhecimento e a missão de serviço público.

O fato é que a universidade, nas sociedades modernas, está chamada a desempenhar múltiplas e complexas tarefas como as que se seguem:

- 1) promover a pesquisa de novos conhecimentos: pesquisa fundamental, aplicada e pesquisa de desenvolvimento;
- 2) formação geral e técnica dos quadros superiores do país, mediante o preparo de profissionais liberais e especialistas altamente qualificados nos diferentes campos do conhecimento, bem como o treinamento de técnicos de nível intermediários exigidos pelo desenvolvimento econômico;
- 3) atuar na comunidade em termos de serviço, através das atividades de extensão;
- 4) exercer uma tarefa educativa promovendo a assimilação dos valores culturais de sua sociedade e desenvolvendo uma atitude racional e crítica;diante dos problemas;
- 5) contribuir para difusão e interpretação da cultura e para a integração do homem em sua circunstancia histórica, proporcionando-lhe as categorias necessárias à compreensão de seu processo cultural.

Outras funções, do ponto de vista sociológico, vem sendo exercidas pelas universidades na era tecnológica. Nas sociedades industriais avançadas e mesmo em via de desenvolvimento, a universidade constitui uma das principais forças inovadoras do processo social. Na medida em que o desenvolvimento econômico depende fundamentalmente da pesquisa científica e das novas técnicas, o papel da universidade acha-se consideravelmente ampliado, tomando-se um dos determinantes

da mudança social. Por outro lado, ao mesmo tempo que fator de ascensão na escala social, a universidade é causa de um novo sistema de estratificação social. Desde que a posição do indivíduo na sociedade é cada vez mais determinada pela quantidade de educação adquirida, a universidade está contribuindo para a criação de uma nova elite, de uma nova classe baseada no que Michael Young chamou de meritocracia.

Em suma, entende-se que a universidade moderna se destina a formação de profissionais qualificadas de todos os tipos, a preservação, interpretação crítica e síntese do saber existente, a constituir o centro, por excelência, da investigação científica, a exercer missão cultural e educativa e a participar ativamente na aplicação do saber. A universidade é tudo isso, mas não existe uma idéia clara sobre a conexão interna de tais funções e muito menos sobre sua concordância.

Em face dessa pluralidade desnorteante de funções cabe perguntar se é possível ainda assegurar-se unidade orgânica da universidade e o problema crucial e precisamente o de conciliar tantas e diversas funções numa mesma instituição. Diante deste fato, torna-se evidente que a idéia clássica da universidade, tal como foi formulada pelos filósofos alemães ou Newman no século passado, ou mesmo por Jaspers, se encontra superada. Há, portanto, que se reformular sua idéia se à universidade corresponde ainda uma realidade essencial no mundo contemporâneo.

IV - ANÁLISE DA IDÉIA DE UNIVERSIDADE

Pelas análises precedentes vimos que, por força da civilização industrial, a Universidade se vê constrangida a renunciar a sua condição anterior de instituição de elite para se democratizar, para se transformar numa instituição de massas, exercendo uma multiplicidade de funções que desborda por todos os lados o campo delimitado pela famosa idéia de universidade, tal como a formulação, no século passado, Humboldt ou Newman e que Flexner pensou ainda reeditá-la em seu livro aparecido em 1930.

Resulta daí uma situação de crise que caracteriza universalmente a Universidade e foi assim equacionada por Paul Ricoeur: a Universidade é incapaz de se pensar sob uma outra idéia diversa da que foi concebida pelos grandes liberais, e não pode existir na forma sob a qual foi concebida. Essa formulação conduziria a afirmar um hiato intransponível entre o ideal e a realidade, o que poderia tornar inócua a própria idéia de universidade. O problema, tal como o colocamos na Introdução, consistiria em saber se é possível recuperar a idéia da universidade enquanto exprimindo sua essência, sob uma nova forma adaptada ao nosso tempo. Neste caso a "idéia Clássica" corresponderia apenas a um momento na evolução histórica da universidade.

Vemos, então, que há diversas idéias de universidade, a começar pelas diferenças existentes no interior da concepção tradicional, entre Humboldt e Newman. Não obstante, poderíamos citar traços e notas comuns que confirmariam a tese de uma identidade essencial da universidade.

Numa perspectiva nominalista e empirista não teria sentido

falar-se da idéia de universidade como significando uma essência a realizar-se historicamente nas universidades concretas. Dir-se-á, então, que "a Universidade" não existe, e apenas uma abstração unificada; só existem as universidades individuais. Para alguns, desde que a categoria "universidade", do mesmo modo que a categoria "espécie", abrange larga variedade de espécimes, sendo além disso sujeita a continua modificação evolutiva, qualquer conceito implicando identidade seria ilusório. Que só existam universidades individuais na realidade concreta e uma verdade óbvia que ninguém pretende contestar. Mas não se justificaria reunir todas essas instituições sob a mesma categoria se a elas não correspondessem certos propósitos comuns, se não possuissem propriedades idênticas que lhes conferem unidade essencial, apesar da diversidade de suas manifestações através da história. Universidade não é apenas um nome que se possa aplicar indiferentemente a qualquer instituição de ensino ou de pesquisa científica. Se esta palavra encerra ainda algum sentido há de significar uma essência que se objetiva concretamente, exprimindo uma intenção fundamental do espírito humano.

Poderia, ainda, surgir uma objeção alegando-se que a universidade é uma instituição vinculada a civilização do Ocidente e que assim não pode pretender a uma validade universal e intemporal e estaria irremediavelmente ligada a sorte de uma cultura e de uma época. O fato de que um valor ou uma instituição surjam numa certa circunstância, ao apelo de uma situação histórica, condicionados por determinada estrutura social, não quer dizer que lhes falta um conteúdo em si mesmo válido ou que não sejam capazes de sobreviver ao momento histórico que lhes deu origem. Contanto que esse valor, essa instituição correspondam a necessidades essenciais do espírito humano. Ora, se a Universidade pôde desafiar os séculos, difundindo-se por todos os países do mundo, sendo hoje uma instituição vigorosa e atuante é porque dá sa-

tisfação, de maneira decisiva, a uma das exigências fundamentais da natureza humana. Assim sendo, tem sentido falar-se de uma essência da universidade e se justifica nossa tese.

Cabe, preliminarmente, discutir certos pressupostos formais da idéia de universidade. Em primeiro lugar, tratando-se de coisas humanas distinguimos entre sua essência e sua condição, o "logos" e o "etos". A essência é o que corresponde ao ser próprio da coisa e lhe confere identidade através de sua manifestação; é o que a coisa é em si mesma. Sendo a realidade humana essencialmente histórica, a condição corresponde a objetivação histórica, concreta da universidade. O seu "logos" é a expressão de seu ser em sua pura inteligibilidade; o "etos" define seu modo de ser numa situação dada, sua relação com o seu mundo.

Em segundo lugar, sendo o homem uma essência que se realiza na história, fundamentalmente um projeto a partir de uma facticidade, não se poderia compreender a universidade como alguma coisa de definitivo, mas em sua condição mesma se define como projeto histórico, determinado por um horizonte de possibilidades limitadas. Em certo sentido diríamos que o ser da universidade é o seu dever ser, a partir de um estrato fatural permanente. A universidade reflete necessariamente essa polaridade do ser e dever ser, fato e valor, natureza e liberdade que define a ambivalência característica da realidade humana.

Dai se segue que não se poderia cristalizar a essência da universidade na idéia clássica que representa apenas um projeto referido a sociedade européia num determinado momento histórico-cultural. Devemos, portanto, definir o projeto histórico da universidade de nossa

época, mais ainda, nosso projeto nacional como expressão particular da universidade moderna.

A universidade nos aparece desde logo, como institucionalização da atividade intelectual. Sob certo aspecto a essência da universidade poderia resumir-se na fórmula incisiva de Ortega y Gasset: pensamento institucionalizado. Assim, considerada do angulo do pensamento a universidade, em qualquer tempo, ha de se afirmar como vocação do universal, pesquisa da verdade, elaboração e renovação incessante do saber, liberdade criadora. Do ponto de vista institucional representa a encarnação da vida do intelecto num organismo social a serviço da coletividade, objetivação de uma idéia sujeita às limitações do espaço e do tempo e a inércia da organização que lhe serve de base.

Emanação da sociedade, dizia Dominique Salmon, órgão privilegiado de sua cultura intelectual a Universidade deve servir a comunidade que a fez nascer e lhe dá os meios de existir. Ela se define, portanto, em termos de serviço e eficiência prática, provendo a sociedade moderna dos cientistas e técnicos de que tanto necessita. Em particular, a universidade, conservando as linhas essenciais de suas atividades, ha que se identificar com o processo de desenvolvimento.

Por outro lado, e própria da Universidade de realizar a forma comunitária do saber. Sob esse aspecto há certas dimensões da idéia clássica que devem ser preservadas, mas noutra perspectiva e nouro contexto. Jaspers parte do seguinte postulado: "Ê um direito da humanidade enquanto humanidade que a pesquisa da verdade se prossiga em alguma parte sem constrangimento". Daí infere a finalidade essencial da Universidade, posta nos seguintes termos: "A Universidade tem por tarefa pesquisar a verdade na comunidade de mestres e alunos".

Por sua vez, Newman insiste na idéia de saber universal e de comunidade. Segundo ele a reunião de homens cultos zelosos de sua própria ciência e rivais de toda outra, levados pelo convívio familiar e por amor a paz intelectual a ajustar em comum as exigências de seus respectivos setores, apreendendo a respeitar, consultar e ajudar um ao outro.

Em si mesmo esse ideal seria inaceitável em nossa época por dois motivos principais: primeiro, porque reduz a universidade praticamente a uma função, a pesquisa pura do saber, excluídas as carreiras técnicas ou a educação intelectual superior do scholar; segundo, por seu caráter de extrema seletividade social que a tomava uma universidade aristocrática reservada a uma pequena elite social e afastada da vida prática da sociedade. Se fossemos remontar à gênese histórica da universidade veríamos que a concepção *Classica* também chamada "Idealista" por alguns, não corresponde de modo algum a universidade medieval que era eminentemente profissional. Como bem mostrou Durkheim, essa universidade estava profundamente identificada com seu meio social e foi assim a provedora dos profissionais de nível superior de que necessitava a sociedade medieval, teólogos, leigos, decretistas e clérigos que funcionavam nas Chancelarias reais ou eclesiásticas, ou desempenhavam atividades secretariais nas diversas cortes. Desta forma, a idéia de universidade está muito mais próxima da intenção originária que presidiu a constituição da universidade do que se costuma pensar.

O problema da instauração da Universidade moderna reside na tarefa de integrar numa nova instituição a concepção idealista e a concepção puramente funcional, num equilíbrio difícil que chamariamos dialético porque não as destrói, mas as supera conservando seus

aspectos positivos numa entidade nova.

Com base nessas análises condensaríamos o nosso pensamento nas seguintes proposições:

- I - Não ha universidade sem que seja realizada, de algum modo a forma comunitária do saber, partindo do pressuposto do caráter essencialmente dialógico do saber. Diria o Professor Paul Weiss que em vez de uma community of scholars, a universidade do futuro, e diríamos que já são as grandes universidades, uma community of acholarly institutions, ou antes, uma comunidade de comunidades. Neste caso teríamos pequenas comunidades correspondentes a áreas do saber ligadas por mecanismos de integração mais ou menos flexíveis;
- II - Não ha universidade sem universalidade do saber, pelo menos no que diz respeito às áreas fundamentais do conhecimento, servindo de base às especializações a que a universidade poderia devotar-se;
- III - Não há universidade sem aquilo que Talcott Parsons chamou de cognitive rationality, compreendendo os aspectos teóricos e práticos e englobando os conceitos weberianos de racionalidade formal e racionalidade material.
- IV - Não há universidade sem o mínimo de liberdade acadêmica, segundo o princípio da "disciplina do desacordo", a

que se referia Ashby. Porque a universidade está a serviço da verdade e que não poderia ser reduzida aos radicalismos, como o da "universidade crítica", por exemplo;

V - A Universidade não se compreenderia sem a plena consciência de sua inserção na sociedade, sem que se estabeleça um sistema de relações de ajustamento mútuo entre ambas. É importante que a sociedade chegue a fazer-se uma imagem da universidade correspondente a sua significação, ao seu papel e aos seus valores.

Ha quem defenda a tese que as múltiplas funções do ensino superior deveriam ser partilhadas por instituições universitárias e não universitárias especializadas. Aliás, esse é o sistema vigente em vários países da Europa como consequência do caráter académico da Universidade. Assim teríamos um sistema dualista em que a universidade se reservaria o saber acadêmico e a pesquisa pura e os institutos especializados se ocupariam das funções técnicas próprias de uma concepção funcional do ensino superior.

Que existam escolas superiores isoladas não teríamos dificuldade em admitir, mas não aceitaríamos o dualismo como princípio.

A tese mantém a hierarquia de prestígio entre os dois tipos de instituição, o que seria antidemocrático. Doutra parte considerando a interdisciplinaridade do saber e a infraestrutura complexa de conhecimentos básicos necessários a formação tecnológica superior, as escolas isoladas tendem a ampliar suas bases alcançando uma universalidade própria das universidades. É o que aconteceu com os Colleges of Advanced Technology, na Inglaterra, os Technische Hochschule alemães ou ao M.I.T. que hoje se transformaram em verdadeiras universidades .

Por isso mesmo, a Reforma Universitária brasileira de 1968 adotou, como princípio, a universidade, em termos de universidade polivalente, e a escola isolada como exceção.

V - ALGUMAS IMPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS DA IDÉIA

A objetivação institucional da idéia moderna de Universidade de tipo polivalente, instituição complexa multifuncional, pressupõe uma estrutura e organização altamente diferenciadas e dispondo, ao mesmo tempo, de mecanismos de integração estrutural e funcional que assegurem a unidade orgânica da instituição e sua unidade de espírito e de propósitos.

A instituição universitária assume, certamente, formas diversas de uma sociedade para outra; pode realizar-se através de modelos diferentes. Mas por outro lado há princípios e condições gerais de funcionamento que decorrem da natureza e objetivos da universidade e devem comandar sua realização.

O sociólogo francês Alain Touraine distinguia três condições básicas para que a Universidade seja um meio de produção científica e criação cultural. Primeiramente que ela se encontre em estado de responder a uma demanda social que se exerce sobre ela e, por seu turno, possa participar à formação e à transformação dessa demanda. Em segundo lugar, que disponha de uma larga autonomia no emprego de seus meios e em sua própria organização. Finalmente que constitua um conjunto social no interior do qual se situem e se organizem relações sociais específicas.

Outras condições poderiam ser acrescentadas, como o princípio de racionalização e conseqüente planejamento interno da univer-

sidade integrado no planejamento global do país, educacional e econômico.

A universidade moderna não pode deixar de ser concebida como unidade de produção. Em certo sentido deve ser considerada como verdadeira empresa cuja finalidade é produzir ciência, técnica e cultura em geral. Como toda empresa moderna ha de racionalizar o seu processo de produção para atingir o mais alto grau de rendimento e produtividade. Certamente trata-se de empresa sui generis, cuja produção intelectual não poderia ser aferida por critérios estritamente econômicos. De qualquer maneira a universidade como forma de organização do saber não pode fugir ao imperativo de racionalização que é uma das características maiores das sociedades industriais. Por isso mesmo ha de transformar suas estruturas e processos de administração empíricos em modos de gestão de caráter científico.

Não e nosso propósito discutir o problema da racionalização administrativa da universidade. Cabe, apenas, uma observação a fazer. Sendo a administração atividade meio deve estar condicionada pelas funções da instituição. Assim deve proporcionar à universidade os meios que lhe permitam desenvolver, com eficácia, a sua atividade criadora no terreno da ciência e da cultura e que não poderiam ser, muitas vezes avaliadas em termos de utilidade econômica imediata. Ao longo de sua historia, particularmente no século passado, se a universidade fosse administrada segundo estritos critérios tecnoburocráticos, é bem possível que as descobertas e criações científicas que deram lugar ao prodigioso desenvolvimento tecnológico não pudessem realizar-se porque essas pesquisas, no seu tempo, eram consideradas puramente acadêmicas.

Quanto as estruturas e organização da universidade moderna o essencial e que efetue a passagem da universidade-conglomerado para a universidade-sistema. O termo sistema, aqui empregado, indica que cada parte ou atividade componente do todo se acha numa relação de interdependência com as demais atividades do todo e que o sistema é identificável como sendo, sob certos aspectos, independente dos demais sistemas. Cada sistema constitui um todo encerrado e separado de seu ambiente embora mantenha ou deva manter relações com o exterior, definindo-se como sistema aberto. O que distingue o sistema de um agregado de atividades e a existência de regularização, de coordenação interna. É a coordenação que assegura a unidade funcional do sistema com um todo, não obstante suas múltiplas tarefas.

Sendo a universidade uma instituição multifuncional que exerce uma função social segue-se que deve ser um sistema aberto, mantendo portanto relações com seu ambiente, dispondo de sub-sistemas com características próprias em vista de suas tarefas, mas devidamente coordenadas para assegurar a interdependência e integração das funções tendo em vista a unidade orgânica do sistema.

Partindo do fato que a universidade moderna procura realizar esse equilíbrio difícil de ser ao mesmo tempo uma instituição de massa, compreendendo ao mesmo tempo uma estrutura de excelência para uma elite altamente qualificada, deve comportar uma organização em termos de diversificação vertical. Isto é, sobre uma ampla base de graduação destinada ao maior número, incluindo carreiras longas e curtas, as mais diferenciadas, erige-se uma cúpula reservada aos altos estudos, à criação científica que é a pós-graduação.

Finalmente, considerando o rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia e as sociedades caracterizadas pelo processo de mudança a organização da universidade deve ser suficientemente flexível para acompanhar o ritmo do progresso científico e social. A reforma, enquanto mudança organizacional, há de ser um processo contínuo.

VI - A REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA; O PROBLEMA

O estudo preliminar das condições e orientações atuais da universidade atual se tornava indispensável à plena compreensão do problema da reforma de nossa universidade, considerando-se que a reforma universitária e problema universal próprio das sociedades industriais ou em processo de industrialização.

A Reforma Universitária brasileira, como é óbvio, apresenta características e dimensões especiais. Nos países desenvolvidos de tradição universitária, o problema é de adaptar ao ensino de massa e às novas tarefas requeridas pela civilização industrial uma universidade que já havia dado provas cabais de sua eficácia no campo da formação intelectual, da pesquisa científica e da criação cultural. A reforma era a transformação, mais ou menos profunda, de uma instituição que objetivava uma idéia perfeitamente definida,

Me caso brasileiro, a reforma tem sentido instaurativo. O problema é de se criar um autêntico sistema universitário, de se fazer a universidade em todas as suas peças. Com efeito, na década de 50 quando se intensificaram as discussões sobre a reforma universitária, o nome de universidade aplicado a então congêrie de faculdades autônomas, frouxamente ligadas a uma Reitoria, era apenas um título de cortesia.

O problema da Reforma surgido naquela década coincide significativamente com a consciência desenvolvimentista. Até a última guerra, numa sociedade eminentemente agrária que, em muitos de seus aspectos se poderia chamar de pré-tecnológica, as faculdades profissionais da que dispunhamos eram suficientes para formar os quadros superiores e as elites dirigentes do país. O ensino superior era o privilegio de uns poucos. No fim da última guerra a matrícula das faculdades de todo o Brasil era bem menor do que a da Guanabara atualmente. Mas no ano de 1946 já inicia a expansão com a criação de várias universidades federais. O movimento continua e no início da década de 60 já é expressivo o número de novas universidades.

Com o processo de industrialização e de desenvolvimento dos anos 50 e as transformações sociais dele decorrentes, logo se tomou patente o anacronismo de nossa universidade. As atividades produtivas cada vez mais complexas exigiam numero crescente de técnicos que as nossas faculdades profissionais não estavam em condições de produzir.

O esforço de desenvolvimento cria a consciência que logo se generaliza da inadequação de nossos institutos universitários à realidade sócio-cultural e econômica do país, bem como às exigências da pesquisa científica e tecnológica. A reforma se impunha como imperativo de se transformar uma instituição rotineira, limitada a formação dos clássicos profissionais liberais, numa universidade dinâmica, dedicada à investigação científica, articulada com as necessidades técnicas da industrialização e principalmente identificada com o processo de mudança sócio-cultural que caracteriza a sociedade brasileira moderna.

Era o problema de se efetuar a transição de um suposto ensino de elite para um ensino de massa, ampliando-se a universidade para atender a expansão educacional traduzida em considerável aumento da taxa de escolarização, principalmente ao nível médio. Era a urgência de se intensificar a preparação técnico-profissional capaz de oferecer produto universitário amplamente diversificado de modo a satisfazer as solicitações de um mercado de trabalho que se diferenciava cada vez mais. Era, enfim, o imperativo de se entrosar a universidade com o esforço de desenvolvimento.

Daí nascer e difundir-se a exigência de uma reforma radical da universidade brasileira, a começar pela criação de estruturas mais orgânicas e flexíveis.

No plano das atividades científicas o primeiro ensaio de solução do problema foi a criação de Institutos Especializados. Representavam uma tentativa de implantar a pesquisa numa universidade que até então sempre se havia mostrado insensível à atividade científica criadora. Mas, como sempre acontece com estas iniciativas, houve inevitáveis deturpações de uma idéia no momento explicável, resultando daí uma proliferação desordenada de institutos que, nem sempre se ocupavam realmente da investigação científica. Além disso tais institutos, ainda solidários de uma organização universitária na qual o ensino se fracionava em cátedras mais ou menos autônomas, constituíram-se em verdadeiros apêndices dessas cátedras e se transformaram, por assim dizer, em propriedades dos catedráticos. Disso provinham suas grandes limitações. Em primeiro lugar, havendo dispersas pela universidade várias cátedras da mesma matéria, facilmente ocorria duplicação de institutos relativamente a mesma área de pesquisa. Em segundo lugar, tais institutos subordinados diretamente a uma cátedra, en-

contravam-se por isso mesmo dependentes inteiramente da orientação e controle estrito do catedrático. Tudo dependia de sua capacidade de investigação científica e de sua compreensão em abrir as portas do instituto para acolher outros pesquisadores. Assim, se instituto de cátedra proporcionava os meios necessários a investigação científica de um professor, não contribuía efetivamente para o desenvolvimento da pesquisa como um todo. Na maior parte dos casos criava-se um instituto para melhor angariar verbas para a cátedra, fizesse ou não pesquisa.

Tratava-se de uma solução ad hoc ao problema da pesquisa na universidade que, em geral, resultou inócua, e não atingia o cerne da questão que era justamente promover a integração do ensino e da pesquisa. Além do mais, o sistema de institutos de cátedra se contrapunha ao princípio dominante na moderna organização universitária, isto é, a concentração e unificação de atividades comuns com o objetivo de evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos e permitindo a economia de recursos materiais e de pessoal.

Permanecia intacto o problema fundamental de fazer da pesquisa e ensino básicos, nas ciências e nas humanidades, o núcleo central em torno do qual gravitassem as múltiplas atividades universitárias. Era o problema de se transformar uma federação de faculdades profissionais numa universidade funcionalmente integrada e estruturalmente orgânica, destinada à investigação científica, à elaboração e difusão da cultura, à preparação técnico-profissional amplamente diversificada e a extensão em termos de serviço social.

A resposta teórica a estes problemas, do ponto de vista

da organização universitária, tem sido a mesma em toda parte: diferenciação de funções, escalonamento de níveis de estudos e órgãos de integração, flexibilidade e diversificação dos cursos.

Em nosso caso a primeira tentativa de solução ao problema foi o projeto da Universidade de Brasília. Tratava-se de projeto realmente funcional que se afastava do modelo arcaico de nossas instituições, racionalmente concebido para enfrentar os problemas característicos da universidade brasileira. O projeto da universidade, enquanto projeto, e abstraindo-se de sua experiência inicial, teve o mérito de haver estimulado e orientado a reforma oferecendo um modelo de estrutura e organização funcionais. Sob alguns aspectos o projeto inspirou a atual Reforma Universitária embora posteriormente devesse sofrer uma reformulação para ajustar-se aos novos princípios da Reforma.

De início várias universidades existentes se entusiasmaram com o sistema de Institutos-Centrais. Não se aperceberam, contudo, ao pretenderem criar o novo tipo de institutos, que o sistema era solidário de uma concepção original de universidade e assim não poderiam exercer suas funções específicas no contexto universitário tradicional. Os institutos tornariam supérflua a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que, no entanto, permanecia. Daí resultava a superposição, pura e simples, de uma nova estrutura sobre um organismo obsoleto que continuava inalterado. Havia, assim, dois sistemas concurrentes, com a duplicação inútil e irracional de atividades idênticas. Em vez de reforma, tínhamos uma deformação do organismo existente, uma situação anômala que agravava ainda mais o problema da universidade.

A Lei de Diretrizes e Bases que entrou em vigor em 1962, embora conservando o conceito obsoleto de universidade como a reunião de cinco estabelecimentos de ensino superior de qualquer natureza, encerrava certas virtualidades e propiciava algumas aberturas que foram construtivamente exploradas pelo Conselho Federal de Educação. Assim, elaborou-se o conceito de pos-graduação sensu stricto, permitiu-se o regime de matrículas por disciplina, instituiu-se o sistema de transferências de créditos, estimulou-se a organização departamental. No entanto, as universidades, presas a inércia institucional e dominadas pelo conservadorismo dos catedráticos, não utilizaram essas aberturas para uma renovação gradual de suas estruturas e de seus processos.

Certamente houve progresso no ensino superior nesse período mas a Universidade continuava cristalizadas em suas estruturas rígidas e inadequada para atender às necessidades do desenvolvimento.

Em 1968 escrevia-nos na Introdução ao Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária: "Sem dúvida, a Universidade brasileira já não é aquela instituição simplificada a oferecer as clássicas carreiras liberais. Nesta último decênio, o ensino superiores quase triplicou seus efetivos e apresenta um elenco de meia cantina de cursos que conferem privilégios profissionais. A Universidade brasileira e, hoje, vasto aglomerado de faculdades, institutos e serviços. Toda essa expansão, contudo, não obedeceu a planejamento racional, nem determinou a reorganização de seus quadros estruturais e de seus métodos de ensino. O crescimento se fez por simples multiplicação de unidades, em vez de desdobramentos orgânicos; houve aumento de novos campos e atividades que foram progressivamente anexados. Se o crescimento não foi apenas vegetativo, também não chegou a ser desenvolvimento orgânico o qual implica sempre mudança qua

litativa e reorganização dinâmica, mas apenas justaposição de partes.

A Universidade se expandiu mas, em seu cerne permanece a mesma estrutura anacrônica a entravar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação.

Se, apesar disso, se fez pesquisa científica em certos setores, e se a Universidade demonstrou alguma capacidade criadora em determinados ramos da tecnologia, podemos dizer que o sistema, como um todo, não está aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica. Por outro lado, mantendo a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais, faltou-lhe a flexibilidade necessária para oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado. A Universidade, em seu conjunto, revelou-se despreparada para acompanhar o extraordinário progresso da ciência moderna, inadequada para criar o know-how indispensável à expansão da indústria nacional e, enfim, defasada sócio-culturalmente, porque não se identificou ao tempo social da mudança que caracteriza a realidade brasileira.

Essa análise punha em foco uma situação universitária que vinha sendo objeto de crítica de todos aqueles que sentiam a disjunção entre a universidade e o processo de desenvolvimento brasileiro. Que não se conformavam com a ineficácia, com a omissão da universidade em face das transformações que se operavam na sociedade brasileira.

Em face da atitude de indiferença, ou mesmo negativa, da Universidade, com um todo, de se reformar sponte sua, tomou o Ge-

verno a iniciativa de promover a reforma, criando o Grupo de Trabalho, em 1968, de cujos estudos e recomendações resultou a presente Reforma Universitária. O Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968 que instituiu o Grupo de Trabalho atribuiu-lhe a missão de "estudar a reforma da Universidade brasileira, visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País". Tratava-se, portanto, de uma reforma em profundidade que não atingia apenas a universidade em sua constituição interna, mas procurava defini-la em suas relações com o desenvolvimento nacional.

Antes, porém, de analisar a concepção da Universidade emergente do Grupo de Trabalho, importa examinar o Decreto-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966, complementado pelo Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967 que determinaram a reestruturação das universidades federais e constituem o ponto de partida da Reforma em curso.

VII - A REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NOS

DECRETOS-LEIS NºS 53/66 e 252/67

Os Decretos-leis nº 53/66 e 252/67 constituem a primeira medida concreta, no âmbito das universidades federais, de realizar a universidade-sistema baseada nos princípios de diferenciação de atividades e funções e de integração estrutural e funcional.

Os Decretos foram elaborados pelo Conselho Federal de Educação, por proposta do Ministro da Educação, Professor Moniz de Aragão. O primeiro teve como Relator o Conselheiro Valnir Chagas e

o segundo foi o produto de uma Comissão de cinco Conselheiros, especialmente destinada a esse fim e da qual fizemos parte.

O Decreto-lei 53/66 limitou-se a estabelecer princípios, fixar critérios e dar normas para que as universidades federais por elas mesmas concebessem o plano de sua reestruturação. Diante de certas incompreensões e hesitações na aplicação da lei, o Decreto-lei 252/67 foi mais longe na regulamentação, definindo o conceito de áreas básicas, impondo o sistema departamental e reduzindo a autonomia da cátedra, ainda existente, para integrá-la no âmbito do departamento, além de estabelecer outras medidas. Mas, dentro destes princípios e normas, a universidade dispunha de relativa margem de iniciativa para criar sua própria estrutura.

Os decretos, embora partindo da cúpula, não constituíam um legislar no vazio ou mais uma expressão de nosso gosto pelas fórmulas legais. Correspondiam a uma motivação real e a tendências reformistas e visavam a proporcionar os meios jurídicos que ajudassem a vencer a inércia institucional. Como acentuava a exposição de motivos, já era tempo de o Governo ir ao encontro das iniciativas de reforma que visam a "maior concentração dos recursos materiais e humanos" como pressuposto do aumento de produtividade ainda "baixa" por "vícios de estrutura" que devem ser corrigidos.

Como tivemos oportunidade de escrever, na época, "a reestruturação das universidades federais, determinada por lei, não tem a pretensão de ser a reforma universitária, mas representa um passo decisivo para sua implantação". E acrescentávamos: "Longe de ser a reforma estrutural problema secundário, como pensam alguns que se interessam unicamente pelas dimensões políticas e ideológicas da

universidade, consideramos que a criação de estruturas orgânicas e flexíveis constitui aspecto essencial da reforma universitária brasileira.

De fato os decretos constituíram fator importante da reforma e seus princípios e conceitos foram incorporados ou reelaborados no Documento apresentado pelo Grupo de Trabalho de 1968. Como afirmou o Conselheiro Valnir Chagas no parecer 442/66, "uma vez desencadeado, o processo de renovação dificilmente se deterá na institucionalização de um sistema de base para o ensino e a pesquisa, porquanto a sua influencia tendera a projetar-se sobre todo o complexo universitário para determinar-lhe substanciais reajustamentos de estrutura".

O princípio básico que comandou a reestruturação foi o princípio de não duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes. O princípio tinha por objetivo corrigir uma das deformações congênitas mais notórias de nosso sistema universitário: a multiplicação de cátedras, equipamentos e serviços relativos a mesma área de conhecimentos. No regime tradicional vigente, onde o professor universitário continuava a ser, antes de tudo, professor de uma faculdade mais do que da universidade, predominava a idéia de que cada escola deve abranger não somente as disciplinas específicas do campo próprio, mas toda e qualquer matéria que integre o currículo de seus cursos. Mais ainda, por uma falsa noção de prestígio, entende-se que a cada departamento deve corresponder uma unidade própria. Nestas condições, para novo curso que se instalava formava-se novo corpo de professores, embora muitas ou todas as suas matérias básicas já fossem ministradas na universidade.

O princípio de não duplicação implica o de concentração que se realiza no Departamento. Concentram-se no mesmo departamento, servindo a toda universidade, os professores que trabalham na mesma área do saber.

Outro ponto fundamental foi a criação do sistema de universidades de ensino e pesquisa básicos, substituindo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e reunindo todas as disciplinas que tradicionalmente funcionavam, por assim dizer, numa condição ancilar nas clássicas faculdades profissionais que detinham o prestígio dentro da universidade. Extinguiu-se a Faculdade de Filosofia, não só porque jamais conseguiu desempenhar a função agora atribuída ao sistema básico, mas porque se trata de uma instituição que não corresponde mais ao estado atual do saber. A sua missão de conferir unidade do saber dentro da universidade encontra-se inteiramente ultrapassada em consequência da evolução dos conhecimentos científicos.

A idéia da Faculdade de Filosofia, como instituto englobante, repousa numa concepção do saber cujos fundamentos metafísicos e epistemológicos não mais se justificam. Além disso, a extrema especialização que define o saber científico moderno torna praticamente impossível reunir numa mesma unidade disciplinas tão diversas, sem acarretar sérios inconvenientes tanto de ordem administrativa como funcional. Todos conhecem a heterogeneidade de uma congregação de faculdade de filosofia, reunindo especialistas de uma dezena de áreas tão díspares em sua natureza e objetivos que não conseguem, e com razão, compreender uns as necessidades dos outros, ignorando-se mutuamente em suas especialidades. A cooperação interdisciplinar que hoje se preconiza e a integração universi-

tária que tanto se reclama hão de ser alcançadas no plano funcional e não simplesmente no plano das estruturas.

Considero a criação do sistema básico (não confundir com ciclo básico) um dos pontos altos na medida em que, retirando as disciplinas básicas, nas ciências ou nas humanidades, da tutela das faculdades profissionais, conferiu-lhes autonomia estrutural e funcional, de grandes conseqüências para o desenvolvimento dos estudos básicos.

É claro que não se pretende estabelecer corte radical entre pesquisa básica e pesquisa profissional e as duas formas de ensino. Órgãos interescolares, seja ao nível dos cursos, seja, ao nível da administração superior asseguram a integração didática e científica. Por outro lado, o sistema básico assegura formação profissional em sua própria área, como é o caso da Psicologia e da Sociologia. O que se tem em vista diferenciar os subsistemas, no caso das atividades profissionais e técnicas bem definidas e constituindo campo profissional bem delimitado como o Direito, a Engenharia, a Medicina e outros.

A reestruturação, embora conferindo ênfase aos Departamentos não pode ultrapassar a barreira da cátedra e conservou a Faculdade, Instituto ou Escola (termos equivalentes na Lei) como nível de integração dos departamentos. Obstáculos a uma maior flexibilidade que foram removidos na Reforma de 1968.

Numa caracterização sucinta da Reestruturação, podemos destacar os seguintes tópicos principais:

1. Integração estrutural e funcional da universidade

tendo por base o principio de nao duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes, de modo a assegurar a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção e funcionamento.

2. Concentração dos estudos básicos, científicos e humanísticos, num sistema integrado de unidades, para servir a toda universidade.
3. Instituição do sistema departamental, concentrando-se, em cada departamento todo o pessoal docente e recursos materiais relativos a mesma área de conhecimentos propiciando, assim, as condições para que as atividades didáticas e de pesquisa se realizem no sistema de cooperação.
4. Institucionalização das atividades interescolares com a criação de órgãos de coordenação responsáveis pelas atividades de cada curso ou projeto, compreendendo professores de diferentes departamentos e unidades que participam do curso.
5. Supervisão dessas atividades ao nível da administração superior da universidade por meio de órgãos de coordenação central com poderes deliberativos.
6. Possibilidade de criação de órgãos setoriais com funções deliberativas e executivas destinadas a coordenar unidades afins para a integração de suas atividades.

Todos esses principios foram integrados no contexto mais amplo da Reforma Universitária que resultou do Grupo de Trabalho, criado em 1968.

VIII - A CONCEPÇÃO DA UNIVERSIDADE SEGUNDO A
REFORMA UNIVERSITÁRIA

A Reforma Universitária emanada do Grupo de Trabalho e expressa nas leis 5539/68 e 5540/68, complementada pelos Decretos leis 464/69 e 465/69 e por outros decretos, não se limitou aos problemas de estrutura e organização interna da universidade e de sua administração, mas procurou definir sua inserção na sociedade, sua relação com o Estado, fixando critérios de expansão do ensino superior e de seu financiamento.

O Grupo de Trabalho não procedeu empiricamente, mas partiu de certos princípios e categorias que permitiram delinear uma concepção da universidade. É esta concepção que se torna necessário explicitar, melhor conhecê-la, porque é a idéia normativa e diretora da reforma.

Preliminarmente, cabe afastar duas objeções costumeiras: a acusação de copiar modelos estrangeiros e de havermos abandonado o fator histórico, nossa tradição de ensino superior. Quanto à primeira não vemos porque não nos inspiraríamos em modelos estrangeiros, desde que procuremos adaptá-los às nossas condições. A universidade é uma instituição universal que encerra certos princípios de organização que são comuns porque determinados pela natureza do saber que é também universal. Os americanos, nos fins do século passado, não hesitaram em transplantar a Faculdade de Filosofia alemã para, combinando-a com o seu College, constituir sua própria universidade. Hoje são as universidades européias que se deixam influenciar pela universidade americana adotando, por exemplo, o departamento. Há certamente elementos em nossa Reforma que são

inspirados em modelos estrangeiros, mas não se trata de imitação* universidade americana, segundo já se quis insinuar. A criação de dois colegiados na administração superior da Universidade, o Conselho de Ensino e Pesquisa para a direção e coordenação das atividades acadêmicas e o Conselho Universitário para a administração geral, tem por modelo as universidades inglesas chamadas "provinciais", mas ninguém diria com pleno conhecimento de causa, que aqueles dois colegiados sejam puras réplicas do Senate e do Council. De qualquer modo, algum tempo decorrerá antes que a universidade brasileira tenha desenvolvido sua plena identidade e possam definir-se com toda nitidez os contornos de sua imagem original.

Quanto a segunda, confessamos que, deliberadamente, desprezamos o "fator histórico" de nosso ensino superior que é um dos responsáveis por essa cultura verbalística que ainda nos domina e por nosso tardio despertar para a compreensão científica do mundo e sua transformação pela tecnologia. Não há o que temer por nossas tradições de ensino superior pois, não possuímos verdadeira tradição universitária a defender e a preservar. Uma das condições de êxito da reforma é romper definitivamente com duas tradições: a cátedra e a faculdade autônoma.

Passamos, agora, à análise da concepção da universidade.

Em primeiro lugar, a Reforma considera a Universidade como a forma, por excelência, do ensino superior, admitindo a faculdade isolada, como exceção, (art. 2º da lei 5540/68).

Trata-se de uma universidade polivalente, multifuncional, baseada na indissociação do ensino e da pesquisa, mas que pretende

abrigar, ao mesmo tempo, a formação técnico-profissional, inclusive de nível intermediário, e as mais altas formas do saber.

Diríamos que a idéia de universidade da Reforma procura fazer a síntese da concepção idealista e da concepção funcional. Procura entrosar a universidade com as necessidades técnicas do desenvolvimento, com o mercado de trabalho, mas sem resvalar para um modelo tecnocrático. É o que está manifesto na Introdução que escrevemos para a Relatório do Grupo e consignado em dispositivos da lei.

A doutrina da Reforma distingue uma racionalidade instrumental e uma racionalidade crítica e criadora. A primeira se concebe em termos de eficiência técnico-profissional e tem por consequência o aumento dos sistemas econômicos. Mas na concepção da Reforma, a universidade não se reduz a uma agência provedora de técnicos e de know-how, por mais importante que seja esse aspecto para o desenvolvimento. Certamente pretende-se que a universidade se torne o lugar da produção científica e tecnológica necessária ao crescimento econômico. Mas a idéia da universidade não se esgota nessa perspectiva. Textualmente se afirma que a educação universitária corresponde a uma exigência de formação da pessoa, acima de toda concepção puramente profissional ou mercantil da cultura. Não poderia haver expressão mais clara de modelo tecnocrático.

Um dos objetivos da Reforma consiste precisamente em elevar a Universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, tornando-a a instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento. Vale citar o trecho da Introdução que traduz um dos aspectos essenciais da Universidade: "É a etapa em que a uni

versidade transcende o momento da instrumentalidade para afirmar-se em sua gratuidade criadora e assumir o papel de liderança espiritual. Nesta perspectiva, a universidade se realiza na complexidade de suas funções, integrando o saber em suas varias formas, operando a síntese do práxis e da teoria, e nao apenas atuando como instrumento de crescimento econômico, mas contribuindo para o desenvolvimento total do homem".

Estas duas racionalidades estão expressas nos artigos da lei. Nos artigos 18, 23 e 26 da lei 5540/68 e no art. 22 do Decreto-lei 464/69 vemos a preocupação de fazer corresponder os cursos ao mercado de trabalho e as necessidades do desenvolvimento nacional, traduzindo a racionalidade instrumental. Mas outros dispositivos equilibram essa tendência pragmática. Assim, a letra e do artigo 11 da lei 5540 fala de cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos estudados em si mesmo, o que aponta para o caráter puramente acadêmico que nao pode faltar a uma universidade autêntica.

O artigo 18 da mesma lei admite que alem dos cursos correspondentes a profissões reguladas em lei ou para fazer face a peculiaridades do mercado de trabalho regional, a universidade pode criar outros cursos para atender as exigências de sua programação especifica. Ora, como entender esse conceito de "programação específica", se foram excluídas as outras modalidades de cursos profissionais ? São cursos que se situam na linha das atividades puramente acadêmicas da universidade, atividades de formação cultural pura que se destina a seus próprios alunos ou toda outra pessoa que pretenda ilustrar-se. No § 1º do artigo 2º do Decreto-lei 464/69, admite-se que se possa criar uma escola mesmo quando seus cursos não correspondam as exigências do mercado de trabalho, desde que

contribua, efetivamente, para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa nos setores abrangidos.

Surgem, agora, duas questões: como se objetiva institucionalmente essa universidade polivalente? Como se conciliam institucionalmente os objetivos técnicos e pragmáticos e o sentido puramente acadêmico, o ensino de massa e a pesquisa científica e a alta cultura?

Antes, importa, precisar a concepção da Universidade no que diz respeito à sua inserção na sociedade e sua relação com o Estado. A legislação confere a Universidade a tríplice autonomia: acadêmica, administrativa e financeira. Cabe distinguir entre autonomia institucional e liberdade acadêmica. Esta última é assegurada pela Constituição sob a expressão liberdade de cátedra.

No entendimento da Reforma a universidade não pode ser a única instância decisória de sua inserção na sociedade. A universidade só pode existir em sua condição de "poder espiritual" articulando-se, num sistema de influências recíprocas, com todos os outros poderes da cultura, incluindo também o Estado. Como organização social do saber, depende da comunidade que a instituiu, do Estado que assegura sua existência legal e a prove de recursos necessários à execução de suas tarefas.

Segundo o próprio Karl Jaspers reconhece, sendo ele um dos teóricos da concepção liberal e idealista, como o Estado é que faz possível a existência concreta da universidade e a protege, não se poderia negar a redação de dependência da Universidade para com o Estado, reservada a sua competência para regular suas

atividades acadêmicas, assegurada na lei.

Essa doutrina da autonomia da universidade e sua relação com o Estado foi por nós difundida no Documento de Grupo de Trabalho nos seguintes termos: "A autonomia, em última instância, não é uma dádiva do poder público conferida à Universidade, mas uma prerrogativa que lhe é inerente. Contudo a autonomia não significa arbítrio e ha de exercer-se dentro dos limites que decorrem de sua inserção na sociedade, É o que concilia o seu exercício com os imperativos do planejamento democrático exigido pelo desenvolvimento nacional. Desse modo cabe ao Estado, como representante da comunidade, verificar o uso adequado dos recursos postos à sua disposição em função de prioridades que reflitam, a todo instante, as necessidades do País".

Quanto ao governo e a administração da Universidade a Reforma propôs um sistema integrado em que houvesse participação mais ampla de membros da comunidade e de quaisquer categorias docentes, de modo a evitar a permanência de oligarquias e estruturas de dominação, dentro da Universidade. O sistema proposto realiza um equilíbrio nas relações entre a comunidade, a Universidade e o Estado.

Voltemos, agora, às questões anteriormente formulada. O artigo 11, e suas alíneas, da lei 5540/68 define de modo preciso a forma institucional da Universidade brasileira. Unidade de patrimônio e administração, unidade de funções de ensino e pesquisa, veda da a duplicação de meios para fins idênticos e equivalentes, racionalização de organização, são princípios já estabelecidos pelos decretos-leis 53/66 e 252/67 que foram consagrados na nova lei. Exis

tem, no entanto, dois princípios fundamentais que caracterizam a constituição da universidade: letra *b*: "estrutura orgânica com base em departamentos, reunidos ou não em unidades mais amplas"; letra *e*: "universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais". Ou então, consideremos este último princípio, uma vez que a organização departamental será objeto de capítulo à parte.

Essa universalidade de campo parece reviver a palavra de Humboldt quando dizia a propósito da criação da Universidade de Berlim que "nenhuma ordem de conhecimento deve ser excluída de tal estabelecimento ou a de Newman ao sublinhar o fato de que "a /
Universidade faz profissão de ensinar tudo o, que deve ser ensinado, em algum departamento que seja do conhecimento humano".

Ha que entender corretamente esse conceito de universalidade de campo e suas áreas fundamentais. Tais áreas correspondem àquelas que já foram enumeradas pelo Decreto-lei 252/67, art. 38, parágrafo único: ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, geociências, ciências humanas, filosofia, letras e artes. Isto não quer dizer que a universidade abarque a totalidade das especialidades e subespecialidades que hoje existem nessas áreas. O conceito expresso pelo adjetivo "fundamentais" indica que se trata de conhecimentos básicos. O que é importante nessa concepção e que o essencial e a universalidade sobre a qual repousam as especialidades ou os setores técnicos profissionais. É justamente o oposto de uma coleção de faculdades profissionais que sempre caracterizou a universidade brasileira.

Nos termos da lei, desde que a universidade compreenda os campos fundamentais dos conhecimentos humanos, poderá constituir-se apenas com um dos setores técnico-profissionais. A lei repele as designações de universidade rural, universidade técnica ou outras denominações restritivas. Mas nada impede que, ressalvada a universalidade de campo própria do sistema básico, uma universidade possa, e até deva, especializar-se num determinado campo técnico-profissional ou aprofundar-se numa das áreas fundamentais.

Essa concepção enseja uma salutar diversificação do sistema universitário, mesmo porque seria, hoje, impossível que uma universidade abarcasse todas as especialidades do conhecimento científico ou técnico e todos os domínios especializados. Assim teríamos universidades mais devotadas aos estudos acadêmicos, outras mais dedicadas aos setores técnicos-profissionais, uma universidade com mais ênfase no campo tecnológico, outra na área biomédica, outra no setor das ciências sociais aplicadas e assim por diante. O que não pode faltar à universidade, na concepção da Reforma, e a universalidade de campo, sem implicar que todas elas sejam cultivadas com o mesmo grau de profundidade.

Por trás dessa concepção está o ideal, difícil de se realizar sem dúvida, de que mesmo quando a universidade produz técnicos, deveriam ter o mínimo de cultivo do espírito sem o que seriam puros Tachidioteen, idiotas especializados, segundo a linguagem dos estudantes alemães. O que a Reforma pretende em sua filosofia da universidade, pelo menos a título de princípio regulativo, é situar a universidade à igual distância do utilitarismo de visão curta de tecnocratas que são os modernos filisteus da cultura e da

alienação de um idealismo desenraizado das realidades terrestres, Uma universidade inspirada num humanismo lúcido e realista que se recusa a opor ou separar, no homem, a obra pela qual ele se cria e aquela pela qual ele recria o mundo, porque este poder de metamorfosear a matéria e a vida, esta função demiúrgica da técnica é também da ordem do espírito.

A resposta a segunda questão, ou seja, a conciliação na mesma instituição o ensino de massa e a alta cultura, está na diversificação vertical, no escalonamento de planos de estudos dentro da universidade. Fundamentalmente a universidade moderna, e principalmente em nosso caso, deve compreender dois subsistemas superpostos, mas interligados: a graduação e a pós-graduação. A Universidade fala de ciclos, correspondendo o 3º ciclo à nossa pós-graduação.

A graduação estaria aberta à grande massa e incluiria as carreiras acadêmicas e profissionais longas ou curtas. A pós-graduação seria a estrutura de excelência que se insere na universidade massa e caracterizada por uma alta seletividade. Como afirmamos no Relatório do Grupo de Trabalho, constitui a cúpula de estudos onde se desenvolve a pesquisa científica, seformam os quadros do magistério superior e se afirma a gratuidade das mais altas formas da cultura universitária.

Como base comum da graduação a lei estabelece esse tão discutido 1º ciclo com as funções já conhecidas: a) recuperação de insuficiências evidenciadas, pelo concurso vestibular, na formação de alunos; b) orientação para a escolha da carreira; c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores.

Este ciclo tem apenas dois anos de experiência e revelou sérias dificuldades quanto à segunda função. Já em janeiro de 1969, em conferência proferida no Conselho de Reitores prevíamos essa dificuldade quando escrevemos: "Ha que considerar, ainda, o problema do aluno que nao obtendo classificação no curso preterido, prefere repetir o ano, o que poderá acarretar o congestionamento do primeiro ciclo". É o que se verificou no setor médico, e em grau menor em Engenharia.

No caso da Medicina falhou inteiramente a função de orientação para carreira, em virtude de valores sociais dominantes, o prestígio da carreira, que condicionam de maneira obstinada a opção do aluno. Fora da universidade, com o vestibular classificatório, o aluno aceita qualquer curso. Mas uma vez vencida a barreira do vestibular, o aluno não se conforma com a limitação de vagas e cria os graves problemas que são de todos conhecidos. Mas, a pré-opção sana a dificuldade e permite para outros cursos, onde sobram vagas, uma redistribuição de alunos, amadurecem sua decisão vocacional já no interior da universidade.

Mas amputado de sua função de orientação, justifica-se ainda o 1º ciclo com suas duas outras funções? Em primeiro lugar, a pré-opção, a rigor, não elimina inteiramente a função de orientação, a não ser para aquelas carreiras onde a oferta é consideravelmente inferior à procura.

Consideremos a primeira função, ou seja, recuperar os alunos de sua insuficiente formação na escola de grau médio. O primeiro ciclo, como forma de articulação entre o ensino superior e o ensino de 2º grau, e dispensável naqueles países onde a escola secundaria, rigorosamente preparatória, proporciona ao aluno u-

ma sólida formação científica e humanística, além de uma cultura geral, que o habilita a entrar diretamente em qualquer carreira. É o que acontece com o estudante alemão que logrou passar a barreira do Abitur ou o francês que transpôs o obstáculo do Baccalaureat. Mesmo assim, a França, após a guerra, entendeu de instituir um "ano propedêutico" após o Baccalaureat.

Ora, em nosso caso, a rápida expansão do ensino médio (1 milhão em 1960 para 4 milhões e 200 mil em 1970) determinou, o que era inevitável, a deterioração do ensino. O êxito dos "cursinhos" onde se adquire a técnica de vencer o vestibular, e a prova insofismável da insuficiência da formação secundária.

Com a reforma do ensino de 1º e 2º grau, este último deixou de ser preparatório, havendo necessariamente uma diminuição da parte de formação acadêmica para atender ao treinamento profissional. Neste caso se quisermos dispensar o 1º ciclo com sua função de recuperação deveremos estabelecer um vestibular seletivo para aproveitar apenas os que apresentarem o nível de formação intelectual exigida e nesta hipótese corremos o risco de consagrarmos uma seleção econômica. As maiores possibilidades seriam daqueles que têm condições de freqüentar os melhores "cursinhos". Assim sendo é inevitável que a universidade utilize mecanismos de recuperação, que o 1º ciclo pode oferecer. Por isso consideramos válido o que escrevemos em 1969: Não pode a universidade aguardar indefinidamente que se resolva o problema da escola secundária, limitando-se a utilizar o vestibular como filtro para eliminar os candidatos intelectualmente inabilitados. Do mesmo modo não podemos contentar-nos com a ação subsidiária dos "cursinhos" que se destinam a preparar intensivamente os candidatos na técnica de

fazer vestibular. É preciso romper o círculo estéril das recriminações entre o superior e o secundário, decidindo-se a universidade, resolutamente, a assumir a responsabilidade de complementar a educação básica desses candidatos e, em seu próprio âmbito, habilitá-los a prosseguir estudos especializados.

O problema, portanto, é reorganizar o 1º ciclo, resolvendo o problema de seu congestionamento com a pré-opção.

IX - A ORGANIZAÇÃO DEPARTAMENTAL

O sistema departamental constitui a base da organização universitária na presente Reforma, já o Decreto-lei 252/67 havia tomado obrigatória a divisão das unidades - faculdade, instituto ou escola - em subunidades denominadas departamentos. No entanto, subsistindo ainda o regime de cátedras o departamento seria inócua teria uma existência puramente nominal.

Há, indiscutivelmente, uma indisfarçável antinomia entre a irreduzível independência do catedrático e a realidade indivisível, o sentido comunitário do departamento. E como a organização do trabalho científico atualmente exige cooperação, atividade de equipe a cátedra tornou-se obsoleta. Não se trata de estigmatizar a figura do catedrático que tende, em geral, a ser o senhor absoluto de seu feudo do saber, É a própria instituição da cátedra que perde sua razão de ser funcional na dinâmica atual do saber científico.

Não é somente no Brasil, mas nos países onde predominou

a tradição da cátedra a reforma universitária tende a extingui-la. Na Alemanha se dizia que um dos aspectos da reforma era a revolta dos Assistentes contra tirania dos Catedráticos, ou Ordinários segundo a nomenclatura alemã. É Raymond Aron, ele também titular da Sorbonne, dizia que, na França, o titular de uma cátedra é o único senhor em seu campo, abaixo de Deus.

Abstraindo a figura humana do catedrático, não se poderia negar que falta funcionalidade ao regime de cátedra na moderna organização universitária. Por essa razão, a lei de organização do ensino superior, proveniente da Reforma, decidiu proscrever a cátedra. É o que afirma o art. 33, § 3º da lei nº 5549 de 28 de novembro de 1968: "Fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do País". Estava, assim, livre o *cmihp* para a implantação do sistema departamental. Mas como a lei não opera, por si mesmo, a mudança de hábitos e de mentalidades a conversão legal dos catedráticos em professores titulares não foi suficiente para quebrar as arestas da antiga autonomia e fazer do departamento uma real unidade de convivência e de cooperação intelectual. Temos que deixar passar essa geração para que possa tornar-se uma realidade efetiva em toda sua plenitude.

O departamento e o substituto natural da cátedra. Mas não iríamos ao extremo de afirmar que sua realidade se deduz da própria essência da Universidade. É possível haver universidades sem cátedras e sem departamentos. É o caso da moderna Universidade de Sussex que aboliu o sistema departamental introduzindo uma organização fluida de Schools, sob a alegação de que departamento acarreta uma rígida compartimentalização do saber. Mas Sussex é uma universidade de proporções reduzidas, uma experiência sui generis, sob a influência do regime colegiado de Oxford,

e não é sem razão que a denominam Balliol at Sea. Somente suas peculiaríssimas condições permitiriam uma organização extremamente flexível sem cátedras, sem departamentos e sem faculdades, mantendo, ao mesmo tempo a sua coesão interna.

Nas universidades complexas e multifuncionais de hoje, parece-nos que o Departamento e a unidade de ação mais adequada para realizar o sentido de comunidade intelectual dentro de cada área do saber e que consideramos essencial à universidade e as próprias regime de trabalho exigido pela ciência moderna. O importante é que sejam assegurados mecanismos de integração estrutural e funcional, em vista da unidade orgânica e de propósitos da instituição.

O Departamento é a menor unidade estrutural da Universidade reunindo os docentes de uma mesma área do saber para efeitos de ensino, pesquisa e administração.

O Decreto-lei 252/67 no seu artigo 2º, § 1º assim definiu o departamento: será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de pessoal. O § 2º do mesmo artigo dispõe sobre a sua constituição, ao dizer: O Departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa. Ao tempo do decreto-lei ainda havia a distinção entre professores e pesquisadores que foi eliminada pela lei 5539 de 27/11/1968.

A lei 5540/68 no art. 12, § 12 condensou os parágrafos citados numa só definição que, no comentário pertinente do Professor Valnir Chagas, nos dá uma idéia mais adequada do departamento e de sua constituição. Com efeito, o Decreto-lei 252/67 diz que

o Departamento "compreendera" disciplinas afins e "congregara" professores. Como bem mostra o Professor Valnir Chagas houve uma mudança de perspectiva que indica uma evolução no conceito de departamento entre os dois diplomas legais. A lei 5540/68 representa amadurecimento da idéia do departamento e de seu papel na estrutura da universidade, com a abolição da cátedra.

A definição do Decreto-lei 252/67 tem uma explicação genética e não lógica. Parte de uma situação preexistente de disciplinas múltiplas, recortadas no campo do saber e vinculadas a cátedras. Sabe-se que existiam cátedras com duas ou mais disciplinas,. Assim, o Decreto pretendia reunir as disciplinas preexistentes trazendo para o interior do Departamento os professores aos quais pertenciam e que se contravam dispersos pela Universidade. Justificava-se essa conceituação em face da vigência de cátedras.

Na definição da lei 5540/68 as disciplinas afins emergem de um campo delimitado do saber. O princípio lógico de organização do saber e a existência de uma área mais ou menos homogênea do saber ou compreendendo especialidades ou subespecialidades afins. Seu objetivo é reunir todos os professores dessa área, dentro da universidade, bem como os recursos materiais correspondentes, evitando assim as duplicações desnecessárias e visando à melhor cooperação didático-científica. É também uma unidade administrativa porque reúne os serviços e outros recursos materiais necessários as atividades acadêmicas.

Ha, no entanto, uma ambigüidade de semântica do conceito de disciplina a considerar. Ambigüidade que resulta, em parte, do conceito de "curso" na sistemática do ensino superior bra-

sileiro, diferente do sentido que tem o conceito em países europeus e nos Estados Unidos.

Disciplina, tradicionalmente, significa uma ciência, todo conhecimento organizado. Quando os conceitos de sciencia, ars e disciplina se constituíram na sistemática universitária medieval, disciplina designava mais propriamente uma ciência que procedia por demonstração rigorosa e muitas vezes traduzia o grego mátesis. Santo Tomás dirá que "oporteat versari in naturabilis rationabiliter, in mathematicis disciplinabiliter": Hoje, na linguagem científica, disciplina significa todo setor de conhecimentos que possui certa unidade de objeto formal ou uma área de conhecimentos logicamente estruturada e uma finalidade especificável de pesquisa.

Nesse sentido, o departamento se organiza em função de uma disciplina preexistente ou disciplinas afins. Mas o mesmo não sucede se definirmos disciplina operacionalmente, em termos didáticos: uma unidade de ensino com programa autônomo correspondendo a um ou mais cursos. Mais analiticamente diríamos unidade de ensino ou conjunto organizado de conhecimentos, delimitado num programa e desenvolvido em período letivo determinado, num certo número de aulas e conferindo créditos para um ou mais cursos. Sob esse aspecto disciplina corresponde ao conceito americano de "curso".

Temos, assim, a disciplina como unidade epistemológica e como unidade didática. No primeiro caso, ela precede ao Departamento, no segundo caso ela se gera no departamento em função das necessidades dos diferentes cursos oferecidos pela universidade.

Esse é o sentido da lei quando estatui que compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professores, segundo as especializações. Isto quer dizer que organizado um curso deve o departamento indicar docente, ou docentes, para ministrar disciplinas do curso correspondente à sua área de competência científica. Desta forma, não tem mais razão de ser a figura de professor regente de disciplina ou professor substituto do titular, porque todos os professores, no Departamento, são regentes de disciplinas. Tanto o Adjunto como o Assistente adquirem autonomia didática, na medida em que não se encontram vinculados ao titular, mas dependem do Departamento. É que, nos termos do art. 33 da lei 5540/68, os cargos e funções de magistério, mesmo os já criados ou providos, serão desvinculados de campos específicos de conhecimentos. Trata-se de entender a desvinculação no sentido legal de que um professor não pode ter o monopólio de uma especialidade. A mesma disciplina ministrada para muitas classes poderá ser lecionada por professores diversos pertencentes ao mesmo Departamento.

A comunidade intelectual é uma comunidade peculiar onde não podem prevalecer critérios democráticos em matéria didática e científica. Não precedência de status baseado em cargos. Toda precedência, nessa ordem, ha de basear-se no critério de competência científica na especialidade. O princípio essencial da organização acadêmica deve ser o da meritocracia intelectual.

Houve um equívoco da lei 5540/68 ao manter a definição do Decreto-lei 252/67 que considera o Departamento a "menor fração da estrutura universitária". A rigor esta expressão está em desacordo com a letra b do art. 11 da lei supracitada: "estrutura orgâ-

nica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas". Se existem unidades mais amplas do que o departamento é por que ele mesmo é uma unidade e este é o sentido que corresponde a essência da organização universitária concebida pela reforma, enquanto modelo mais adequado para realizar institucionalmente sua idéia de universidade.

Problema importante e difícil, na prática, é a divisão da universidade. Qual a dimensão ideal de um departamento? Trata-se de problema para o qual não se poderiam estabelecer critérios rígidos a priori.

O decreto-lei 252/67, muita sabiamente, se limita a fixar dois princípios gerais: 1) a amplitude do campo abrangido; 2) a quantidade dos recursos materiais e humanos utilizados em seu funcionamento (art. 42). A aplicação desses princípios há de ser feita com flexibilidade, dependendo muito das proporções da universidade, do grau de seu desenvolvimento em determinadas áreas. Não teria sentido conjecturar sequer o número de departamentos que deva ter o sistema básico sem conhecer as condições específicas da Universidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, há uma universidade cuja Escola de Educação se especializou tanto em Medidas Educacionais, que há um Departamento para esse setor. Existe outra que possui um Departamento de História e Filosofia da Educação.

Diríamos, à maneira cartesiana, que a distribuição dos departamentos na universidade depende de bom senso e de algumas regras de método. Poderíamos enunciar um princípio muito geral: o departamento não deve contar número excessivo de professores, ou, reduzir-se a dois ou três membros. Em ambos os casos não se

realizaria a idéia de Departamento que e a de ser uma comunidade intelectual atuante na base da cooperação mútua.

Na primeira hipótese o departamento teria as dimensões de uma grande faculdade e seus professores constituiriam uma verdadeira assembléia, exigindo órgão de direção interna, câmara ou conselho diretor, conforme o nome que se queira dar. Romper-se-ia a indivisibilidade do departamento faltando condições efetivas para uma interação fecunda. Tomar-se-ia uma organização societária e não uma comunidade.

Na segunda hipótese, não haveria também comunidade por deficiência de socii, a poderíamos ter uma cátedra disfarçada. O problema de qualquer maneira continuara partir de que numero, o Departamento se torna desmesurado ou, no caso inverso, deficiente. Não vemos possibilidade de fixar critérios rígido, definitivo, o que explica a variação de universidade para universidade, o que e admissível dentro dos limites razoáveis.

O Departamento é a célula da organização universitária onde se geram as iniciativas e os projetos didáticos e científicos. Deve ser a fonte inicial das decisões acadêmicas e no seu âmbito se unem os aspectos didáticos, científicos e administrativos, Como dizia um professor inglês, na universidade moderna, em vez da tradicional ensino e pesquisa, temos a tríade ensino, pesquisa e administração.

As atividades dos departamentos, em função do princípio de integração orgânica, devem ser compatibilizadas, coordenadas por diferentes órgãos em função das tarefas e dos propósitos da Universidade como um todo.

Para isso existem mecanismos de integração em diferentes níveis e que possam assegurar o fluxo vertical das decisões da base à cúpula administrativa e em sentido inverso. Essa integração é de ordem acadêmica ou administrativa, funcional ou estrutural.

Para a integração acadêmica a Reforma imaginou, dois níveis: o colegiado de curso, responsável pela coordenação didática de cada curso e o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, situado na administração superior da universidade, com a tarefa de coordenar, dirigir e planejar as atividades acadêmicas.

No plano da integração estrutural, a Reforma não fixou modelo único. Distinguimos cinco modelos possíveis, dentro da lei (vide anexos), que passaremos a enumerar.

I - O primeiro modelo mantém o sistema tradicional de Faculdades, Escolas ou Institutos (na lei são termos equivalentes) constituídos de Departamento. Teríamos, assim, três níveis decisórios: 1) o departamento, onde elaborariam programas e projetos didáticos e científicos; a faculdade, que compatibilizaria as decisões departamentais, no plano da administrativo (não esquecer que a coordenação didática do curso e da competência do colegiado próprio); 3) administração superior da Universidade, instância última de comando e integração, em função da política universitária. Do ponto de vista teórico, este modelo é perfeitamente operável e poderá garantir a iniciativa e flexibilidade de

ação ao Departamento, desde que lhe seja atribuída relativa autonomia, conforme é princípio da organização universitária da Reforma. Mas tendo em vista a nossa tradição de independência das faculdades profissionais e os resíduos do sistema de cátedra, o modelo tende a reforçar a faculdade em detrimento do departamento. Daí porque, ainda hoje, na prática da reforma, em muitas faculdades o departamento tem apenas uma existência nominal.

II - O modelo seguinte, baseado na existência de órgãos setoriais, já permitidos pelo Decreto-lei 252/67, compreende quatro níveis de decisão: 1) departamento; 2) faculdades; 3) centros coordenando faculdades afins; 4) administração superior. Como se vê, entre o departamento e a administração superior se escalonam dois níveis intermediários de integração. Tal é o esquema adotado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em nosso entender, o modelo apresenta sérios inconvenientes quanto à flexibilidade e à mobilidade das operações. Uma decisão que se gera no âmbito do departamento, para *adquirir* eficácia terá, muitas vezes, de atravessar os planos da Faculdade e do Centro e até que chegue aprovada pelos órgãos superiores pode ter perdido sua oportunidade. A administração acadêmica, particularmente, se encontra assim entravada, por uma série de escalões que decidem sobre a mesma matéria.

Na prática, ocorrera fatalmente a predominância de um dos dois níveis intermediários, a Faculdade e o Centro, resultando aí que um deles se torna supérfluo.

III - O terceiro modelo visa precisamente obviar as dificuldades e inconvenientes que já foram apontados nos esquemas anteriores. Com efeito, os departamentos correspondentes a áreas afins do conhecimento são integrados por grandes unidades que são os Centros. Tais unidades oferecem a vantagem de serem mais organizações mais fluidas do que as Faculdades tradicionais, permitindo, assim, maior liberdade de iniciativa e de ação dos departamentos. Eles se limitam a efetuar uma primeira integração entre o departamento e o escalão superior da Universidade. Neste o modelo, o departamento organizado terá maior possibilidade de funcionar como célula mater da universidade. É importante que seja respeitada a grande divisão que estabelece a reforma entre o sistema básico e o sistema profissional, como fez a Universidade Federal do Para.

IV - No quarto modelo os departamentos são diretamente integrados pela administração interior, eliminando-se toda coordenação por escalão intermediário. A Universidade se vê, assim, dispersa numa pluralidade de unidades que funcionam como verdadeiras micro-unidades. Rompe-se o equilíbrio entre diferenciação e integração, em benefício da primeira. Se

o modelo e operavel numa universidade de porte reduzido, parece-nos totalmente inadequado para as grande e complexas universidades, onde é maior a necessidade de integração.

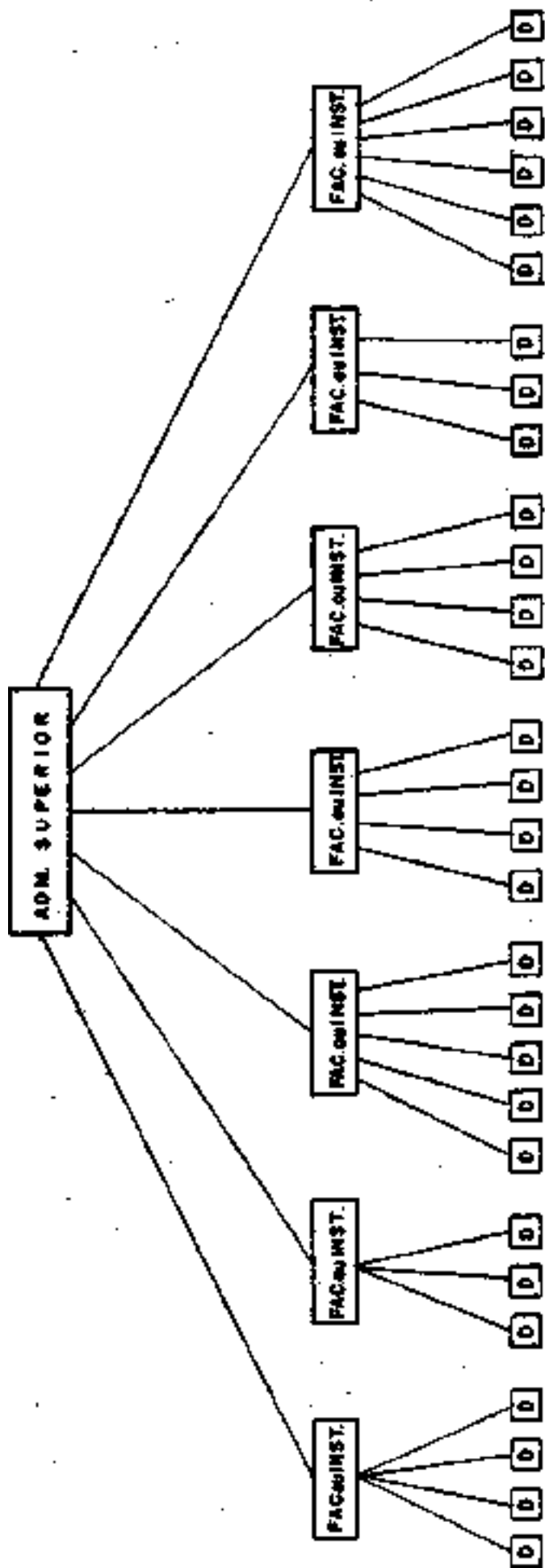
V - Finalmente podemos conceber um modelo misto. Considerando-se que as áreas científicas apresentam maior índice de disciplinariedade, maior número de campos intermediários e os campos profissionais tendem a maior enclausuramento, poderiam integrar os departamentos do sistema básico em Centros e manter o sistema de faculdades profissionais. Mais numerosas, poderia ocorrer predomínio das faculdades profissionais nos órgãos de administração superior. Inconveniente que poderia ser facilmente remediado por dispositivos estatutários que assegurassem o equilíbrio da representação. Trata-se de modelo puramente teórico concebido para esgotar as possibilidades oferecidas na lei.

Em nosso entender, o modelo mais adequado para institucionalizar a Reforma seria o da integração dos Departamentos por grandes unidades que seriam os Centros. Algumas universidades já o puzeram em prática, mas ainda é cedo para avaliar devidamente sua eficácia operacional. É importante na organização departamental fortalecer a coordenação dos colegiados de cursos porque, como tem demonstrado a experiência de países onde a departamentalização é tradicional, a uma tendência para a compartimentalização estanque com graves conseqüências para a dinâmica e integração curriculares.

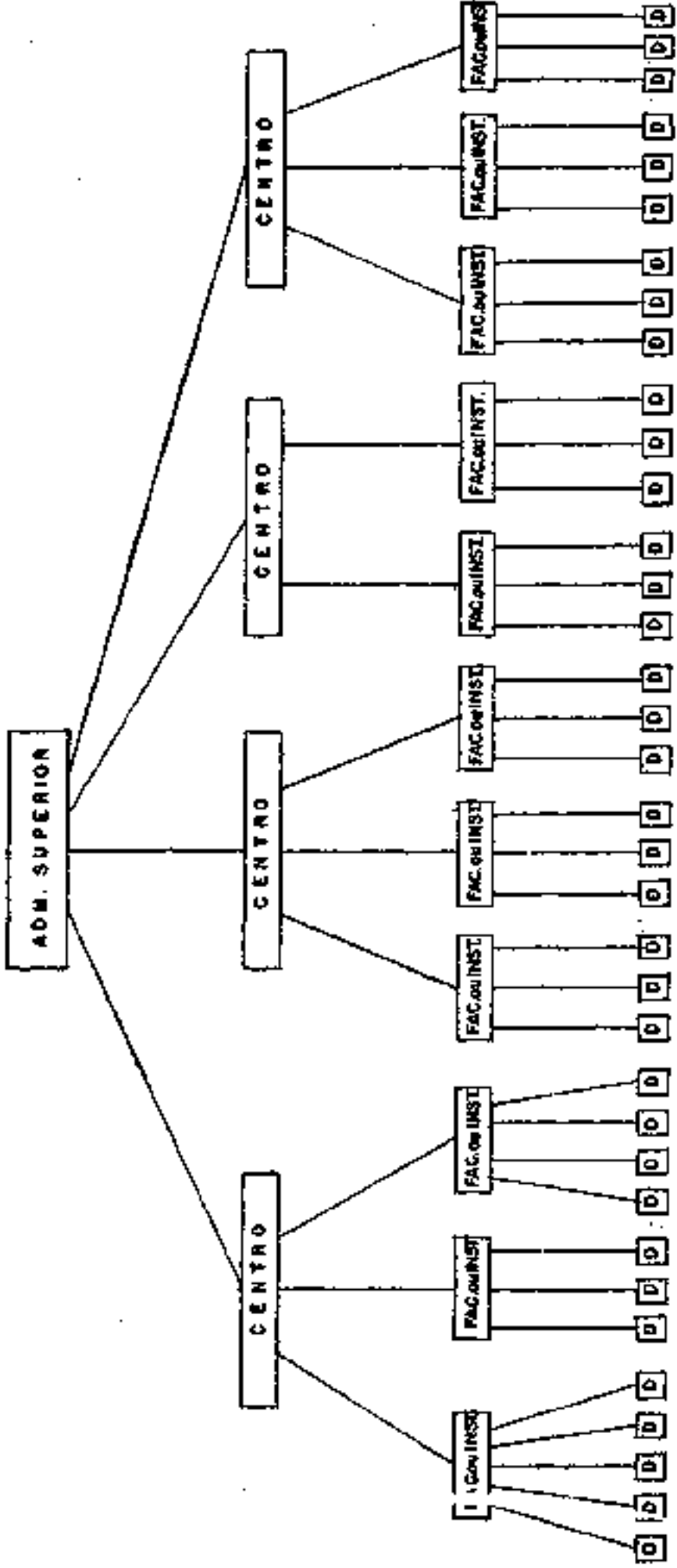
Finalmente, cabe fazer algumas observações sobre as condições de funcionamento do sistema departamental: 1) a experiência da Reforma já tem demonstrado que a chefia do Departamento não deve ser exclusiva do Professor Titular, mas passa também recair em Professor Adjunto. Muitas vezes, havendo um só titular o Departamento sofre as conseqüências de uma chefia incapaz ou tende a se tomar uma espécie de supercátedra; 2) entendemos que em vez de ser por eleição, o chefe do departamento seja designado pelo Reitor na forma dos estatutos e regimentos. Seria uma possibilidade de escolha de elementos mais afinados com a política universitária. Mesmo porque, em matéria estritamente acadêmica, nem sempre o processo eleitoral e a maneira de se escolher o mais capaz; 3) é fundamental que o departamento se tome o centro da vida profissional do professor. Para o funcionamento do departamento se tornar efetivo é necessário que, pelo menos, os professores se encontrem no regime de 24 horas e o chefe no regime de 40 horas.

A N E X O S

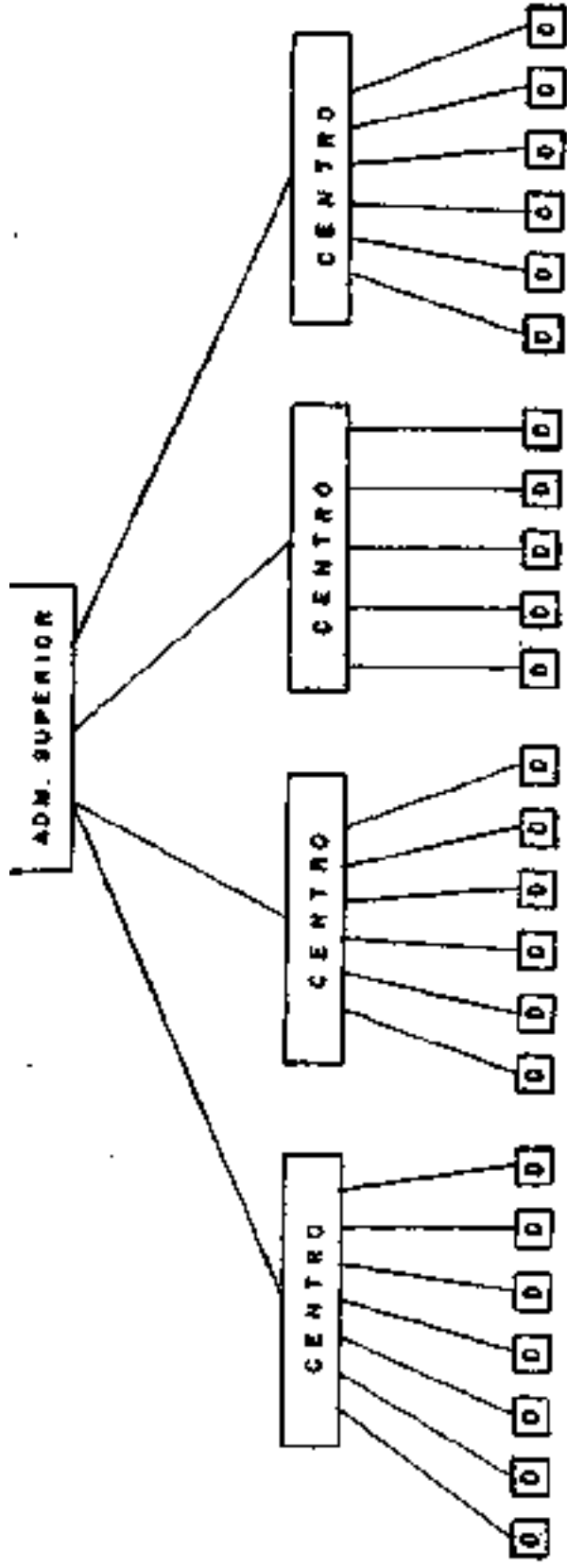
ESQUEMA I _____ FACULDADES E DEPARTAMENTOS



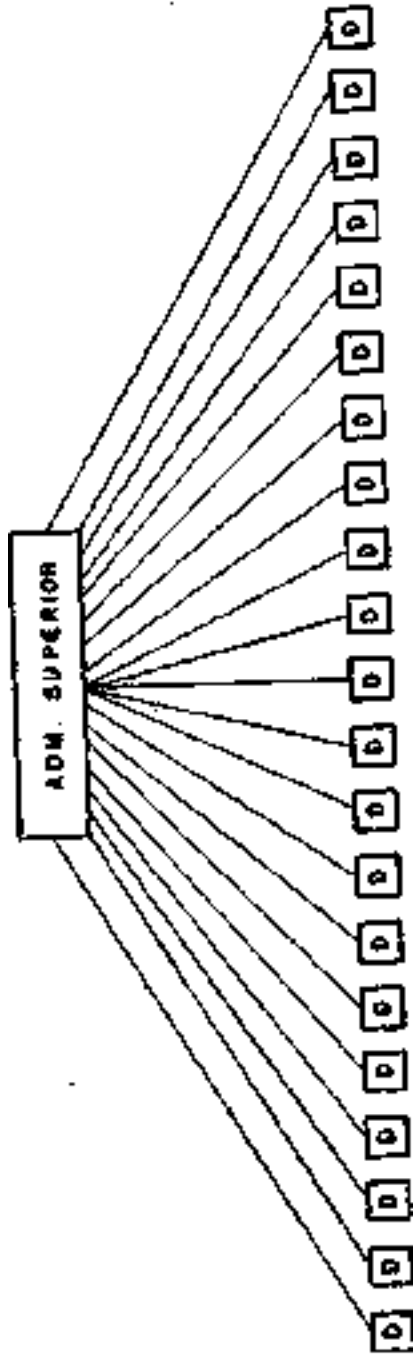
ESQUEMA II_ÓRGÃOS SETORIAIS, FACULDADES E DEPARTAMENTOS



ESQUEMA III CENTROS E DEPARTAMENTOS



ESQUEMA IV DEPARTAMENTOS



ESQUEMA V_____MISTO

